4º aniversário

O Jornal Económico celebra no dia 16 de setembro o seu quarto aniversário. Nos quatro anos, todos eles de crescimento, o jornal visou sempre noticiar os principais acontecimentos na economia, na política, e no mundo. O olhar mais importante foi sempre, no entanto, para a frente – o que é que vai acontecer a seguir? Numa altura de incertezas devido à pandemia, decidimos marcar o anivérsário com trabalhos sobre o futuro. Oferecemos aos nossos leitores análises sobre as perspetivas da economia, dos mercados e da política (nacional e externa). Temos uma grande entrevista com o presidente da AICEP e também um Forum no qual 33 líderes sugerem as receitas para ajudar Portugal sair de uma crise inesperada. Obrigado pela preferência!

ANÁLISE

Incerteza sobre a crise aconselha injeção no consumo ● II

ENTREVISTA

Luís de Castro Henriques

Presidente da AICEP

"Efeito de 2020 pode ser mais de duas vezes superior ao pior ano da última crise" ● VI

ANO POLÍTICO

Impacto da Covid em Portugal torna incerto um calendário muito bem definido ● XII

FÓRUM

Como pode Portugal garantir uma recuperação rápida e robusta? ● XVI

EDITORIAL

Quatro anos de JE

FILIPE ALVES
Diretor

O Jornal Económico celebra no próximo dia 16 de setembro o seu quarto aniversário. Muito aconteceu durante estes quatro anos, na política, na economia, nos negócios e na atualidade internacional. Mas esta edição especial não está voltada para o passado. Interessa-nos mais o futuro e tudo aquilo de bom que há por vir. Este projeto nasceu do sonho de um grupo de pessoas que, *against all odds*, conseguiram criar um novo jornal de economia, que rapidamente conquistou o seu lugar no mercado português.

Hoje como em 2016, o Jornal Económico mantém o seu compromisso de procurar servir os seus leitores, parceiros e anunciantes com jornalismo isento, independente e de qualidade. Não somos perfeitos, mas damos o nosso melhor.

Estamos aqui porque gostamos de jornalismo e acreditamos que a nossa profissão terá futuro, apesar das mudanças tecnológicas, das dificuldades inerentes ao setor e das flutuações da economia. Não estamos aqui para tentar dizer às pessoas o que devem pensar, mas sim para lhes fornecer os factos de que necessitam para poderem formar as suas opiniões de forma livre, esclarecida e informada.

Estamos aqui para tentar chegar o mais próximo possível da verdade e não para construir ou para difundir diferentes verdades ou narrativas. Estamos aqui porque temos acionistas que compreendem a nossa missão e entendem a importância do jornalismo independente. E porque temos leitores, parceiros e anunciantes fantásticos, que nos têm acompanhado nesta caminhada. A todos, muito obrigado.

ANÁLISE

Incerteza sobre a crise aconselha injeção no consumo

Atividade económica precisa de garantir níveis mínimos de consumo. José Miguel Júdice defende redução de 30% no IRS para aumentar rendimento.

JOÃO PALMA-FERREIRA
jferreira@jornaleconomico.pt

"É pura adivinhação dizer o que se vai passar com a pandemia da Covid até ao fim do ano", referiu ao Jornal Económico o jurista José Miguel Júdice, embora considere urgente aumentar o poder de compra das pessoas para permitir manter níveis de consumo mínimos e dinamizar a atividade económica portuguesa. Defende, por isso, que seja reduzido o IRS para, de uma forma imediata, libertar dinheiro aos agregados familiares, para poder ser utilizado da forma mais útil pelas pessoas. "É preciso reduzir em 30% o IRS aplicado ao rendimento das pessoas que ganhem até 50 mil euros anuais, para libertar dinheiro na sociedade, permitindo que possam manter o consumo. Trata-se de uma medida fácil de concretizar, com efeitos imediatos junto das pessoas", propõe. "Até considero estranho que o Governo ainda não tenha tomado esta decisão".

"O que é mais urgente neste momento? É preciso 'deitar dinheiro de helicóptero', promover a injeção de dinheiro na sociedade para fomentar o consumo, porque as pessoas precisam de ter dinheiro para que o consumo não seja travado ainda mais", refere Júdice, explicando que o aumento do número de desempregados vai provocar uma erosão no rendimento da população, pois além das situações das pessoas que passam a receber subsídio de desemprego, "quando voltam a arranjar empregos passam geralmente a ganhar menos, porque regressam à estaca zero, recomeçando novamente as carreiras profissionais". O problema faz "aumentar a diferença salarial entre funcionários públicos e trabalhadores do sector privado, criando uma economia a duas velocidades".

João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) alerta que a atual crise "vai ser mais grave do que se conseguia prever", recordando ao JE que "os dinheiros da UE, teoricamente, podem ser utilizados para despesas retroativas até 1 de janeiro de 2021", mas esclarece que há pouca informação técnica útil porque ainda só são conhecidos "princípios gerais do acesso a verbas comunitárias que poderão ser mais ou menos ajustados à realidade da economia portuguesa". O responsável da CCP também considera uma incógnita a evolução da pandemia e as "consequências que pode vir a ter na segunda vaga que vai afetar a Europa, onde Espanha, França e Itália já estão a sofrer aumentos consideráveis de novos casos. Isto aplica-se a todo o mundo, sendo imprevisível o que acontecerá até ao fim do ano", considerando "muito preocupante" a situação no hemisfério Sul. "Ninguém sabe até onde será necessário levar o confinamento das sociedades", diz .

99,6% do nosso tecido empresarial são pequenas e micro empresas que "não têm robustez financeira para aguentar uma crise prolongada", alerta o presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, João Vieira Lopes

Relativamente a Portugal, "a aplicação do layoff simplificado e das moratórias mascara a realidade, porque assume o objetivo político de travar o desemprego e os incumprimentos, tapando temporariamente os problemas", considera o presidente da CCP, temendo que "a recuperação económica pode vir a ser mais lenta do que se previu inicialmente o que é muito complicado para a grande maioria do tecido empresarial português".

Entre as 400 mil empresas em atividade, há cerca de 99,6% que são pequenas e micro empresas, que "não têm robustez financeira para aguentar uma crise prolongada", alerta. "Temos apenas mil empresas grandes e entre mil e duas mil PME sólidas".

"O número de insolvências é um indicador que se utiliza frequentemente para monitorizar a evolução mais ou menos favorável da atividade económica, mas a verdade é que camufla a realidade porque o número de empresas encerradas é superior às empresas que declaram insolvência, pois as insolvências acabem por ser apenas a ponta de um iceberg", refere Vieira Lopes. "Depois do confinamento, houve muitas lojas e cafés que já não voltaram a abrir", adianta o presidente da CCP. "A Baixa de Lisboa, que tinha vindo a viver das vagas crescentes de turistas, ficou sem mercado, sendo outra das zonas que está a passar por uma fase negativa, com perspetivas de recuperação muito difíceis, confrontada agora com um nível de atividade muito baixa, assiste ao encerramento de muitas lojas", diz o presidente da CCP.

"A redução das remunerações fa-

Lusa

miliares, por via do layoff e do desemprego, que diminuiu o poder de compra das famílias, atinge atualmente cerca de 2,5 milhões de pessoas", informa o presidente da CCP. Alerta que, até ao fim do ano, os comerciantes vão enfrentar duas épocas críticas, que são o mês de outubro que marca o fim do movimento das férias de verão e o Natal, cujas vendas serão decisivas para ditar o encerramento ou a manutenção de muitos milhares de pequenos negócios. Vieira Lopes recorda que alguns países baixaram o IVA dos restaurantes, referindo que "há muitos economistas que começam a falar na necessidade de lançar o rendimento mínimo garantido para sustentar o consumo, temendo-se que em Portugal o PIB possa cair, no mínimo, 10% em 2020".

"A recuperação é incerta e com a segunda vaga aumenta o efeito psicológico contra a utilização de transportes coletivos, aumentando o teletrabalho, que também faz baixar o consumo nos restaurantes e nos cafés". No meio desta crise, considera que "Portugal tem sido relativamente poupado porque nunca aconteceu o que se passou em França, que teve de transferir doentes com Covid para os hospitais da Alemanha, por ter esgotado a capacidade dos hospitais franceses".

Vacinas como marketing político

O bastonário da Ordem dos Engenheiros, Carlos Mineiro Aires, referiu ao JE que "a questão das vacinas é mero marketing político para tranquilizar as economias, porque é impossível vacinar sete mil milhões de pessoas em todo o mundo – e admitindo que as vacinas são eficazes –, o que restringe a vacinação aos países ricos". Além disso "sabemos que nunca houve vacinas para outros vírus que continuam a matar muitos milhares de pessoas todos os anos, como a malária e a SIDA. Com a facilidade de transportes internacionais, é relativamente rápido disseminar por vários continentes os vírus transportados por pessoas infetadas na Índia, no Brasil ou em outras geografias com elevados níveis de contaminação pela pandemia da Covid".

"Isto significa que os vírus tomaram conta do planeta, instalando um clima de autêntico pavor. Felizmente Portugal está na Europa, que é uma das zonas do globo com melhor proteção social e que promove políticas de contenção e ajuda aos Estados membros, o que permite enfrentar estes problemas de uma forma mais robusta do que aconteceria se Portugal estivesse isolado", refere. Mas "esta realidade não permite ser otimista, porque provavelmente Portugal vai enfrentar sérias dificuldades. Ninguém sabe como vai ser o Inverno, mas os aumentos do número de casos infetados faz prever uma evolução complicada e torna o futuro mais preocupante", refere.

"Numa economia aberta como a portuguesa, a exposição a riscos externos é enorme, mas a redução dos fluxos turísticos também é preocupante porque corta as receitas da hotelaria e de todos os serviços associados à atividade turística. Com a redução do PIB também são reduzidas as importações porque há menos dinheiro nos consumidores e os mercados de exportação passam a comprar menos produtos portugueses. Esta conjuntura tornou-se totalmente imprevisível, porque ninguém sabe como estará a economia portuguesa e a europeia daqui a seis meses ou daqui a dois anos. Os maiores mercados da lusofonia, como o Brasil e Angola estão a ser afetados pela crise, o que limita igualmente as exportações portuguesas", refere Mineiro Aires.

"Quando o layoff simplificado e as moratórias terminarem, seremos confrontados com a situação real da economia portuguesa, o que previsivelmente fará aumentar o desemprego, tornando a sustentabilidade da Segurança Social mais frágil. Não quero ser pessimista, mas o futuro é muito incerto, o que me leva a ver com muita apreensão a evolução das empresas. Espero que o país não entre num beco sem saída, mas, mesmo com apoios externos, temo que vamos todos passar um mau bocado", comenta o bastonário da Ordem dos Engenheiros.

Para "aproveitar as verbas da União Europeia que serão canalizadas para obras de infraestruturas nem sequer há em Portugal empresas de construção civil e obras públicas em quantidade suficiente. Restam três empresas de dimensão que conseguem liderar grandes obras, designadamente a Mota Engil – que é a maior –, a Teixeira Duarte e a Casais. A Somague é dominada pelo grupo espanhol Sacyr. Perdemos a maioria da capacidade instalada e os parques de máquinas que havia neste sector, fecharam cerca de 65 mil empresas de construção civil e 300 mil trabalhadores da construção e obras públicas abandonaram as profissões".

"Espero que o país não entre num beco sem saída, mas, mesmo com apoios externos, temo que vamos todos passar um mau bocado", comenta Carlos Mineiro Aires, bastonário da Ordem dos Engenheiros

"Se surgirem grandes concursos, facilmente serão ganhos por empresas estrangeiras. Na ferrovia, onde é preciso fazer obras e lançar novos projetos, quais são as empresas portuguesas que têm capacidade para executar projetos ferroviários? As empresas portuguesas venderam os seus parques de máquinas para outras geografias, sobretudo para as obras em curso em África e na América do Sul. Também não temos equipas de quadros, nem know-how, nem há empresas que possam começar a ser preparadas – que comprem parques de máquinas, contratem especialistas em projetos técnicos de várias áreas, engenheiros com experiência e trabalhadores especializados – para poderem disputar as empreitadas que aí vêm, cujos concursos podem ser ganhos por empresas estrangeiras, deixando aos portugueses alguns contratos residuais", conclui.

Gonçalo Vaz Botelho, consultor financeiro e ex-quadro superior do BPA, BNP, BPSM, BTA, Banco Chemical, CGD, Caixa BI, Banif e Finantia, reconheceu ao JE que "a conjuntura é bastante negra". "Estamos a viver numa fase em que ainda não há visibilidade total sobre as consequências económicas e sociais desta crise da pandemia da Covid porque ainda está a ser isolada pelo 'travão' do layoff e das moratórias. Quando terminarem os layoff e as moratórias – que não podem ser prolongadas sem termo, porque não há capacidade financeira para tal –, vamos inevitavelmente assistir a um grande crescimento de despedimentos, falências e incumprimentos, porque não há dinheiro para pagar salários nem para fazer face às dívidas".

Relativamente "à dinamização da economia, da produção industrial e das exportações portuguesas, seremos confrontados com o problema dos mercados de destino dos produtos portuguesas estarem todos na mesma situação, e de em todos os países se viverem conjunturas de arrefecimento da economia, o que torna esta crise pior que a da dívida soberana e que a da Lehman Brothers. A atual conjuntura é pior e diferente que a de 2012, porque agora não há falta de liquidez no sistema financeiro – a liquidez está toda lá – falta é a confiança nos mercados para comprar e investir e por isso a capacidade instalada das fábricas só pode ser parcialmente utilizada, e as exportações recuam porque as pessoas não compram", refere Gonçalo Botelho. ●

MACROECONOMIA

Desafios económicos avolumam-se, mas fundos ajudam

Fundos europeus serão determinantes para a recuperação das finanças públicas nacionais, que apesar da dimensão da crise deverão aguentar o embate, defendem os economistas contactados pelo JE.

ÂNIA ATAÍDE
aataide@jornaleconomico.pt

Crentes de que as finanças públicas portuguesas aguentarão o embate da crise económica mais profunda da história da democracia - mas que atinge todos os países -, os economistas consultados pelo Jornal Económico apontam, entre os principais desafios de Portugal nos próximos anos, para a necessidade de um aumento da produtividade e a alocação dos fundos que chegarão da União Europeia aos setores que potenciem a transformação da economia.

"Aumento da produtividade, incentivo da poupança e luta contra a corrupção", enumera António Bagão Félix, antigo ministro das Finanças, questionado sobre os desafios económicos que o país irá enfrentar. Essa assertividade é partilhada por João Duque, catedrático do ISEG, que a par da necessidade de um "crescimento com produtividade", diz que o caminho deve passar pelos "setores de elevado valor acrescentado e dirigido a uma economia digital, verde e sustentável, com elevado investimento direcionado para aí, de modo a promover o que se deseja".

O bastonário da Ordem dos Economistas, Rui Leão Martinho, identifica, no entanto, diferentes desafios no futuro próximo e a longo termo. "No curto prazo, o principal desafio que se põe a Portugal, após este período de confinamento e a um longo período de estagnação económica, é conseguir relançar a economia enfrentando toda a incerteza ainda existente", aponta, considerando que "num plano de médio/longo prazo, permanecem os desafios ao nível da qualificação e retenção do talento dos portugueses, a natalidade e a tendência de alteração da pirâmide etária e os desafios que dela advêm [Segurança Social]".

"As desigualdades, quer a nível social ou territorial, terão de ser minimizadas, mantendo a coesão social e a solidariedade que têm caracterizado o regime em que vivemos", sublinha.

Para Pedro Braz Teixeira, diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade, ao desafio de "sair da recessão associada à pandemia actual e realizar as transformações que esta suscita", associa-se "o desafio ignorado nas duas últimas décadas": a "estagnação económica relativa, sobretudo visível no confronto com a Europa de Leste".

Fraca tesouraria das PME continua a ser desafio

As fragilidades de tesouraria das pequenas e médias empresas, que constituem a maior parte do tecido empresarial português, continua a ser um dos desafios económicos identificados por Pedro Brinca, professor da Nova School of Business and Economics. "Têm tipicamente poucas disponibilidades de tesouraria e estão especialmente vulneráveis a quebras de fluxos de caixa", assinala, alertando que as moratórias fiscais e de crédito, bem como programas de *lay-off* "podem permitir a muitas destas empresas que sobrevivam no curto prazo", no entanto, "a dúvida subsiste se o atraso na implementação de alguns programas de apoio bem como o eventual *phase-out* de muitas destas medidas não irão pôr em causa a sobrevivência de muitas destas empresas".

"Há que lembrar também que a predominância de pequenas e médias empresas com poucas disponibilidades de tesouraria pode levar a um fenómeno de falências em cadeia de muitas empresas, por atrasos nos prazos de pagamento que, em Portugal, são tradicionalmente muito elevados e onde o Estado é dos maiores prevaricadores", assinala. É neste sentido que diz que conseguir "evitar a destruição de emprego e empresas neste segmento será sem dúvida dos maiores desafios da economia portuguesa para os próximos tempos".

Economistas mostram-se reticentes sobre a estratégia para a reindustrialização do país

Fundos europeus ajudarão finanças públicas a sobreviver

Os economistas não têm dúvidas que o impacto da crise será forte, com Rui Leão Martinho a classificá-los mesmo como "abissais", mas consideram que as finanças públicas deverão recuperar, com os fundos europeus a permitirem esbater alguns dos efeitos.

"A Covid-19 veio assim interromper o recente período positivo que a economia portuguesa atravessara. Todavia, esse mesmo caminho deverá ser recuperado após a resolução da atual situação", vinca o bastonário da Ordem dos Economistas. "Com base na génese da atual crise, o caminho de resolução deverá passar pelo relançar das economias. Para tal vão ser disponibilizados recursos, a fundo perdido ou através de empréstimos que deverão ser contabilizados à parte das despesas e receitas dos orçamentos de cada país", acrescenta, afirmando que ao se evitar "desperdícios" e privilegiar "o que pode contribuir para o desenvolvimento e crescimento", as finanças dos vários países "poderão enfrentar este longo período que se avizinha com confiança e expectativa de virem a criar uma economia sustentada".

Para Pedro Brinca, a estabilidade das finanças públicas irá estar dependente "necessariamente" do apoio das instituições europeias, quer através de "garantias explícitas ou implícitas".

"Não creio que isto se vá constituir num problema fundamental num futuro próximo, dado que Portugal estava numa situação de orçamento equilibrado antes da epidemia e, portanto, é relativamente fácil mostrar que défices que necessariamente virão serão essencialmente conjunturais e associados à crise, não tanto estruturais", refere.

O professor universitário defende ainda a existência de outras economias europeias "que terão problemas de finanças públicas mais graves", como Itália. "Haverá condições políticas de apoio à estabilização das finanças públicas, bem como uma política ativa de apoio do Banco Central Europeu. Aliás, uma pequena hesitação de Lagarde por parte do BCE nesses mesmos apoios a 12 de março levou os juros da dívida soberana de países como França, Espanha, Portugal e Itália a disparar e "obrigou" Lagarde apenas quatro dias depois a lançar um programa de apoio cerca de sete vezes maior", frisa.

João Duque, que se revela especialmente crítico da gestão do Governo nos últimos anos, a quem acusa de "desprezar a dívida e só se focar no défice", considera que as finanças públicas aguentarão "se a crise for suportada pelos portugueses com menos apoio do que necessitariam".

É também neste sentido que Braz Texieira defende que "o ponto não é se as finanças públicas vão aguentar, mas sim se a sociedade vai aguentar".

"Chegámos à crise com finanças frágeis (dívida muito elevada) e muito rígidas (mais despesa corrente e menos investimento público). Isto significa que a margem para as finanças públicas ajudarem a sociedade é muito limitada", diz, vincando que a dívida continuará a subir significativamente, "mas as perspetivas sobre as taxas de juro são tão baixas que não é provável que haja problemas de sustentabilidade, pelo menos no curto prazo".

Bagão Félix mostra-se ligeiramente mais reticente e assinala que tudo dependerá da evolução da pandemia, uma vez que "os défices vão ainda permanecer e a dívida pública vai aumentar", mas defende que Portugal deverá potenciar a utilização dos fundos europeus para criar "condições para

Lusa

o aumento da produtividade (a montante)", assim como "para a intensificação tecnológica e digital da economia, para o desenvolvimento agroalimentar, para a prioridade da ferrovia e para a eficiência energética".

Costa quer reindustrialização. Ainda é possível?

Esta semana, o primeiro-ministro António Costa defendeu que a recuperação do país terá que ser feita através da reindustrialização, mas os economistas mostram-se divididos sobre o processo.

Rui Leão Martinho mostra-se especialmente expectante com esta possibilidade, considerando que a reindustrialização deve ser executada de forma a aproveitar a onda da digitalização. "Poderá começar pela aposta em setores de alto valor acrescentado e onde dispomos de vantagens competitivas, setores bem definidos no Plano de Recuperação Económica 2020-2030", assinala. Para o bastonário da Ordem dos Economistas a reindustrialização "será o processo que não nos tornará dependentes de países terceiros no caminho da inovação, da criatividade e da digitalização, dentro das áreas em que nos escolhemos especializar".

"Esperamos que, mais do que nunca, a próxima década seja um período de forte investimento, no sentido de otimizar os fundos europeus, de ficarmos mais competitivos e visando o progresso económico e social, sendo esta a oportunidade (derradeira?) de podermos deveras progredir", vinca.

Porém, Bagão Félix acredita que já "é tarde". "Verdadeiramente nem devemos falar de reindustrialização, pois que nunca houve verdadeira industrialização. A globalização não nos favorece neste domínio e quase todos os setores vitais estão na posse de capital estrangeiro", vaticina, sublinhando que "é melhor diversificar as áreas de exportação (ou diminuição das importações), de modo a não ficar quase monodependente deste ou daquele setor (por exemplo, o turismo)".

Se para o ex-ministro Portugal peca especialmente pelo *timing*, para João Duque a dúvida reside na estratégia escolhida. "Para já, a única coisa que nos apresentam é o hidrogénio, uma energia que depende de tecnologia experimental ainda ineficiente e onde parece que querem apostar todas as fichas. Olhe para o Governo e ouça o que eles dizem sobre isto... É um silêncio ensurdecedor. Além disto, o que é que está em ebulição? Apenas o Plano do António Costa e Silva", diz.

"Ao fim de cinco anos de Governo, este primeiro-ministro ainda não sabe estruturalmente para onde quer levar Portugal? Assim vamos ficar na mão de uns voluntaristas desgarrados e sem estratégia global como os ministros setoriais mais desenvoltos. Temo perder outra oportunidade de mudança significativa", acrescenta o professor universitário.

Já para Pedro Braz Teixeira não há dúvidas que o país deveria aproveitar a crise para esta transformação, mas "se o fará é mais incerto, porque as autoridades têm mostrado alguma ambivalência".

"Por um lado, assumem o desígnio de aumentar o peso das exportações no PIB, mas, por outro, fazem pouco para criar as condições para que isso efetivamente ocorra", sustenta.

Também Pedro Brinca, que se assume "relativamente cético ao conceito da reindustrialização" por considerar que "será uma espécie de protecionismo encapotado" - "uma espécie de Política Agrícola Comum aplicada à indústria"- revela dúvidas sobre os efeitos para a produção e para os rendimentos.

"Se estas estruturas produtivas voltarem para a Europa, produzir sairá necessariamente mais caro, pelo que se pagará o preço em termos de perda de rendimentos. Por outro lado, dado o crescimento real dos salários mais baixos, ano após ano, também tenho sérias dúvidas do impacto que isso terá ao nível do emprego. Muita dessa deslocalização terá atrasado a adoção de tecnologias de automação de tarefas e processos por competição direta de trabalho barato", sustenta.

Ainda assim, admite que "a pandemia veio por a nu alguns riscos das cadeias de abastecimento globais que antes não eram considerados". Contudo, frisa que "nove meses depois do inicio da pandemia não só o real impacto foi muito menor do que o esperado, como a propagação do vírus se mostrou muito difícil de conter e evitar a pandemia".

"Não é seguro que mesmo as estratégias de relocalização da produção não poderão ser menos eficazes que uma maior coordenação internacional nas políticas de confinamento e procedimentos sanitários", conclui.

ENTREVISTA LUÍS DE CASTRO HENRIQUES presidente da AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo

"Efeito de 2020 pode ser mais de duas vezes superior ao pior ano da última crise"

A AICEP aguarda o início da recuperação com o apoio do "poder de fogo" da União Europeia. As empresas que eram competitivas antes da pandemia vão continuar competitivas na retoma, sublinha.

JOÃO PALMA-FERREIRA
jferreira@jornaleconomico.pt

Luís de Castro Henriques, presidente da AICEP, diz entrevista que acredita na "preparação das empresas portuguesas mais competitivas e resilientes", resultado da última crise. A recuperação irá depender muito do apoio europeu a fundo perdido, mas o 'timing' desse impacto é ainda muito difícil de prever.

Já há perspetivas de recuperação económica para Portugal e para a Europa. Vão surgir a curto ou médio prazo, em U, em W ou em L?
Ainda estamos muito no domínio da futurologia porque nós sabemos pouco.

O que sabem neste momento?
Sabemos que vamos ter um conjunto de ferramentas financeiras, e não só, que – à partida –, tudo indica que permitirão uma recuperação rápida. Agora, tudo depende de quando é que elas vão ser implementadas, porque é um processo a 27 países…

Ou seja, será um processo muito pesado, atendendo à quantidade de intervenientes envolvidos…
Nas minhas funções não me posso pronunciar se o processo é ou não pesado. Mas posso dizer que é um processo mais lento do ocorreria que em outras regiões do mundo onde a decisão é mais centralizada. A espectativa positiva é a seguinte: sabemos de facto que um pacote de recuperação, à partida, permitirá à Europa recuperar e a perspetiva nesse sentido será positiva para todos. Agora, tudo vai depender do timing da implementação. Mas também vai depender dos timings de implementação em outros países. Esta não é a primeira crise global – já assistimos a isto – mas é manifestamente uma crise onde vemos o fenómeno de interdependência. A pandemia não só afetou o mundo como um todo, como a recuperação não será isolada. A Europa não vai poder recuperar sozinha. E também vai depender de como as outras geografias vão recuperar. Aqui há um fenómeno de interdependência enorme.

No caso de países como Portugal, que precisam de dinamizar as exportações e que têm de ter os mercados de destino das exportações muito ativos, só vão recuperar para o nível das exportações anterior à crise se os mercados compradores reagirem bem?
Isso é certo. Mas isso também se aplica à Alemanha, que é um grande cliente nosso. Nesta fase, tudo tem a ver com tudo. O timing de recuperação depende primeiro do timing de implementação das medidas na região europeia, que, para nós, só em termos de exportações, a Europa já representa 85% dos produtos exportados. Segue-se uma segunda dimensão, na qual temos de perceber que isto tudo arranca quando todos arrancarem. A grande questão é saber quando é que isso vai ocorrer, isto é: se ainda irá ocorrer em cenário de pandemia; ou se vai estar tudo à espera que haja uma solução para a pandemia, para que os mercados possam arrancar? Essa é a principal questão. Também há outro tema que é o de saber quais vão ser os nossos objetivos, ou como nos vamos organizar depois de termos passado por esta experiência, porque esta experiência também teve aspetos positivos, em termos de aprendizagem. Temos agora mais soluções digitais e o controlamos o funcionamento remoto. Era qualquer coisa que já estava a acontecer mas que, de repente, agora teve uma evolução drástica.

> "Não podemos esquecer o primeiro passo: vai haver um embate e esse embate vai afetar muito mais quem estava menos preparado (…) mas há outros sectores que estão a recuperar paulatinamente

Qual é o impacto económico final disso?
Acredito que isto nos permitirá recuperar muito mais depressa. Também já confirmámos diariamente que conseguimos operar de forma remota. A maior parte do mundo entrou em lockdown de março a junho, pelo menos no hemisfério norte. As economias travaram abruptamente. Foi a maior travagem que já vimos na história. Mas não parámos. Neste meses, todos percebemos qual é que é o limiar mínimo de produção quando não nos é possível operar de forma presencial. A partir daqui é perceber, tendo em conta esta curva de aprendizagem, quanto é que vamos conseguir potenciar mais o crescimento, ou quanto é que não conseguiremos potenciar.

A recuperação será toda feita com injeção de dinheiros 'partilhados' – as subvenções a fundo perdido – pela UE?
Não tenho a mínima dúvida que esse vai ser o principal fator para pôr tudo a funcionar. Para o novo potencial que poderemos ter a seguir à pandemia, já percebemos que dispomos de outras ferramentas e de outros mecanismos de trabalho que permitam alcançar uma produtividade maior ou um funcionamento mais ágil. Portanto, na pós-pandemia vamos ter uma recuperação e não tenho dúvida que vamos voltar ao normal, mas o "quando" será sempre determinado pelo momento em que começarmos a sentir os efeitos do plano de recuperação a nível europeu. A segunda questão é, no pós-pandemia, identificar os sectores que vão ter ganhos muito significativos, ao mesmo tempo que haverá outros setores que vão ter de se reinventar muito. Tudo vai depender de como é que as cadeias de valor vão ficar organizadas. Não tenhamos dúvidas: a seguir a isto, as cadeias de valor vão ter outro mecanismo de organização, nem que seja através do que agora se traduz pela nova palavra-chave, que é a resiliência. No fundo, trata-se da segurança de abastecimento e da capacidade de funcionamento em qualquer circunstância.

Alguns gestores e empresários consideram que a economia está anestesiada com os efeitos dos layoff simplificados e das moratórias e que quando desaparecerem os efeitos, Portugal assistirá ao aumento do desemprego, ao crescimento das falências e ao disparo nos incumprimentos. Haverá muitas empresas que conseguirão subsistir com níveis elevados de incumprimentos e uma redução significativa de trabalhadores? Qual será o nível das falências que a economia suporta?
Em primeiro lugar temos de ser realistas e perceber que, naturalmente, a curto prazo, este choque vai ter um impacto; em segundo lugar – já numa nota mais positiva –, tivemos uma crise significativa há uma década, e – não tenhamos dúvidas –, hoje a maioria das empresas está muito mais resiliente do que estava na altura, pois não só comprovámos nesta última década a competitividade da larga maioria do sector produtivo português, mas as empresas também aprenderam com este processo e, portanto, estão mais e melhor preparadas. Mas não podemos esquecer o primeiro passo: vai haver um embate e esse embate vai afetar muito mais quem estava menos preparado.

Qual é que será a extensão desse embate?
Nós ainda não sabemos bem. Sabemos que há sectores que são muito mais afetados porque o seu ciclo de venda e o seu ciclo produtivo foi muito mais afetado e por isso sofrem um impacto que, pelo menos, irá afetá-las em cerca de um ano. Mas também sabemos que há outros sectores que estão a recuperar paulatinamente e que até já atingiram níveis de produção pré-pandemia. Há um efeito simétrico ao nível da preparação da empresas. É inegável que a 1 de março de 2020 estavam muito melhor preparadas do antes da anterior crise; porque estavam diversificadas em termos de clientes; estavam mais expostas ao negócio internacional; introduziram outras práticas; protegeram-se de outra forma. Há igualmente simetria ao nível dos setores, porque há sectores que efetivamente vão precisar de algum tempo para recuperar, basta imaginar a cadeia de reposição de alguns produtos do nosso consumo normal que foi afetado, em alguns casos, por seis a nove meses. É óbvio que aí há um choque muito maior nesse sector, e para todas as suas empresas como um todo.

Têm sido identificados dois níveis frágeis: o das pequenas e das micro empresas que não têm estrutura financeira para aguentar estes embates; e o sector do turismo, onde se prevê que pode haver uma forte redução no número

Cristina Bernardo

de empresas. Que soluções haverá para estes casos?
É óbvio que o impacto no sector do turismo é muito mais vasto e muito mais duro, porque estamos a falar de uma travagem a fundo que vai durar vários meses. É verdade que agora houve uma recuperação pontual, graças ao turismo interno e a algum turismo que chegou no final de época, mas aqui a paragem é claramente agressiva. Eu poria o turismo fora desta discussão porque é um caso muito específico, diretamente afetado pela pandemia. Há outra situação diferente: a do sector farmacêutico, onde temos efeitos completamente opostos. Mas é óbvio que há PME que poderão ter mais dificuldades por uma questão de fôlego financeiro. Contudo, volto a reiterar que a maioria das PME exportadoras – e os dados mostram isso –, no ano 2020 estavam melhor preparadas e tiveram muito mais fôlego do que tinham há uma década. Temos de perceber isso e temos de esperar o efeito direto deste ano. Tudo indica que o efeito de 2020 pode ser mais de duas vezes superior ao pior ano da última crise, o que faz pensar na dimensão do estrago. Por outro lado, como as empresas estão melhor preparadas, também muitas delas conseguiram incorporar isso no seu planeamento. Tudo dependerá de quando é que entram em funcionamento as medidas de recuperação. É certo que vai haver agora um choque e um embate, que vai ser grande, mas por outro lado é preciso perceber que o nosso tecido produtivo está melhor preparado do que estava há uma década.

O efeito desta crise ao nível da redução do Produto Interno Bruto (PIB) chegará a atingir a já referida – e temida –, queda da ordem dos 10%?
Essa é a futurologia que eu remeto para outras fontes. Houve muito esta discussão em março. Neste momento haverá estimativas mais credíveis, até porque já medem completamente os meses em que o país esteve em lockdown no confinamento. Remeto para essas estimativas, porque não tenho melhor informação sobre essas estimativas. Consigo é aferir o sentimento das empresas. As empresas que tinham ganho competitividade internacional – a não ser que todo o seu sector tenha sido muito afetado, como acontece com o turismo –, rapidamente têm conseguido recuperar. No fundo, só perderam o período de confinamento a nível global, porque nem se inclui só o efeito português, também está aqui o efeito dos outros mercados que pararam. E se as empresas eram competitivas em 1 de março de 2020, não há motivo nenhum para não serem competitivas hoje. Essa é uma realidade que não existia há 10 anos.

Embora sejam áreas diretamente relacionadas com o turismo, o sector do transporte aéreo e o sector dos aeroportos evidenciam números com quebras gigantescas de janeiro a agosto, "muito preocupantes" no sector. 2021 será mais normal em termos de fluxos?
Não consigo responder se será um ano completamente normal – e duvido que alguém consiga –, mas sei que não estando em confinamento há uma atividade económica que tem de ser mantida e, portanto, isso permite a recuperação das empresas. No setor aeroportuário e no transporte aéreo surgiram medidas específicas de apoio ao grande grupo de empresas que neles operam. Há intervenções na TAP, mas também há na Lufthansa, na KLM-Air France, etc…

Refere-se que o problema não é o dinheiro a que essas companhias têm acesso. O problema é restabelecer a confiança dos passageiros que utilizam essas companhias. Como se resolve isso?
Não duvido. Mas enquanto tivermos um cenário de pandemia sabemos que o turismo e os transportes de passageiros serão afetados. Isso é inevitável. Decorre diretamente da circunstância que estamos a viver. Nós próprios todos temos cuidados no nosso dia a dia e deixámos de fazer algumas coisas que fazíamos antes da pandemia. Esses sectores têm caraterísticas muito específicas. No resto da economia, o nosso esforço primordial tem de ser o de recuperar. Aquelas empresas que eram competitivas a 1 de março, estou seguro que vão voltar a ser competitivos. Tendo o 'fogo' necessário para aguentar estes meses, vão certamente ultrapassar isto. É claro que vamos estar uns anos a recuperar deste efeito, porque isto tem efeitos levados a resultados, que depois ficam acumulados. O fundamental é lançarmos uma corrida enorme para voltarmos ao dia 1 de março de 2020. Nesse dia sabíamos que o que estávamos a fazer estava bem. Estávamos a aumentar exportações e a angariar investimentos. Portanto, o nosso foco tem de ser voltar a esse ponto o mais depressa possível. Será mais fácil em sectores em que os ciclos de consumo não tenham sido tão afetados pelo confinamento e será mais difícil nos sectores que foram afetados pelo confinamento, portanto, até reporem a cadeia normal de consumo vão demorar mais tempo.

Com o aumento do número de desempregados e uma população com rendimentos e salários objeto de reduções e cortes, o consumo será afetado. Sempre que o consumo é afetado, um dos sectores que reflete logo quebras de venda é o sector automóvel, que é importante para Portugal e para as exportações portuguesas de veículos novos e pelas exportações de componentes para esta indústria, e que é um dos sectores que mais tem contribuído para o crescimento do PIB português. Como será possível salvaguardar que este sector não seja abalado nos próximos anos?
No sector automóvel é preciso ver que há dois choques que ocorreram em 2020. O primeiro é a própria transformação que o sector já vinha a sofrer. De novos meios de mobilidade, dos veículos elétricos versus veículos a combustão, etc… Essa é a macro tendência. É óbvio que o impacto da redução do rendimento das pessoas vai repercutir-se na compra de bens duradouros e em especial nos que são mais caros, como é o caso dos automóveis. Por outro lado, as medidas de recuperação, tanto a nível global, como europeu, deverão ser a melhor ajuda para este sector se recompor, porque vai haver países que já anunciaram medidas de apoio à compra de veículos, como França, Alemanha e Espanha. Por outro lado, a injeção financeira que está a ser feita em termos de massa monetária e de capacidade de distribuição de crédito, também facilitará a compra desses bens duradouros. Acho que, de facto, o impacto em 2020 vai ser muito relevante, mas a verdade é que nas medidas de recuperação a nível europeu o sector automóvel vai ser um sector de especial enfoque. Também creio que isso pode potenciar uma série de mudanças tecnológicas que geram novas oportunidades. Mas será preciso saber apanhá-las. Vai haver muitas medidas de apoio ao sector automóvel. Isso vai ser positivo. ●

Cristina Bernardo

"Isto será uma enorme oportunidade para as nossas construtoras"

O presidente da AICEP, Luís de Castro Henriques, considera que as construtoras portuguesas têm ganho empreitadas às melhores do mundo, por isso vão ter agora muitas novas oportunidades.

JOÃO PALMA-FERREIRA
jferreira@jornaleconomico.pt

Luís de Castro Henriques, presidente da AICEP, diz que vêm aí muitos concursos públicos europeus para novos projetos de investimento em infraestruturas, o que será uma grande oportunidade para as empresas de construção.

Relativamente a eventuais projetos de investimento e infraestruturação, como o mercado português e as empresas do sector ficaram reduzidas na sua capacidade operativa, xi levado para outras geografias, não corremos o risco – na altura em que recebermos verbas avultadas da União Europeia –, desses projetos serem feitos por empresas estrangeiras que concorrem aos concursos que Portugal vai lançar?
Eu diria que temos de ver isso à luz de dois factos: O primeiro é que um plano de recuperação europeu implica medidas de recuperação europeias. Todos estes concursos vão ser feitos no âmbito europeu. É preciso ver a capacidade que as empresas têm de ganhar projetos em Portugal, mas também no resto da Europa. O segundo facto, que é muito relevante – e nesta última década provou-se isso –, é que o sector da construção demonstrou ser competitivo, e até particularmente resiliente a operar em várias geografias muito diversificadas. Temos vários exemplos disso. Isto será uma enorme oportunidade para as nossas construtoras, porque se elas são competitivas fora de Portugal, nada indica que não serão competitivas cá. É obvio que temos de reconhecer que sendo medidas europeias vão gerar maior concorrência a nível europeu, mas nós sabemos que as nossas empresas são competitivas. Haverá oportunidades para ganhar em Portugal mas também haverá para ganhar fora de Portugal. Temos exemplos de empresas portuguesas que nestes últimos anos têm ganho concursos relevantes de obras de altíssima especialidade – onde as nossas empresas operam muito bem –, e têm conseguido ganhar aos melhores do mundo. Portanto, se conseguiram isso, porque é que não conseguirão também em Portugal?

> "Temos exemplos de empresas portuguesas que nestes últimos anos têm ganho concursos relevantes de obras de altíssima especialidade e têm conseguido ganhar aos melhores do mundo

O movimento de saída das construtoras portuguesas e dos seus parques de máquinas para fora de Portugal poderá ter agora um sentido inverso, regressando a Portugal?
Também não estou a dizer para abandonarem as oportunidades fora. Esse é o meu trabalho de todos os dias. É importante ir a todos os sectores, ser transversal e manter a competitividade e manter a capacidade sistemática de inovar e de ser competitivo. Se conseguirmos isso, vencemos no nosso país e vencemos nos outros países. Hoje em dia a ambição de uma empresa média portuguesa, dada a escala de Portugal, tem de ser esta, de querer vencer na Europa. Essas empresas vão ser completamente vitoriosas em qualquer cenário.

A entrada das verbas da União Europeia – sobretudo as subvenções a fundo perdido, que vão durar até 2029, atendendo a que Portugal vai dispor de 57,9 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 6,4 mil milhões de euros para investir em cada ano – também poderá catalisar outros investimentos externos que possam ser aplicados em Portugal e a entrada de novos investidores no mercado português?
Sim e não. Sim, porque, surgindo mecanismos dos nossos parceiros europeus – em que os principais são França, Alemanha e Espanha –, tendo esses países mecanismos para que as empresas aumentem o investimento e sobretudo havendo uma orientação europeia para fomentar o investimento na Europa, mantendo a tal resiliência, isso significa que vão surgir oportunidades com atração de investimento e de captação clara em subsegmentos de resiliência, não tenhamos dúvidas disso. Mas há um não que as pessoas esquecem: a captação de investimento é um negócio altamente competitivo. Não nos podemos esquecer que os nossos concorrentes europeus – e outros –, também vão ter mecanismos para atrair investimentos. Não duvido que vá surgir aqui um fenómeno de aumento enorme de concorrência. E mais uma vez temos de nos agarrar aos nossos fatores chave de competitividade e nesses temos de manter a competitividade para podermos ganhar por aí. Agora, não temos a mínima dúvida que também vamos entrar num mundo em que podemos ter mais ou menos projetos de investimento, mas, acima de tudo, que terá imensa concorrência.

Portugal estava na moda antes da pandemia. Quando a pandemia passar teremos condições para voltar a 'surfar a mesma onda'?
Faço a pergunta ao contrário: por que não? Se eramos competitivos em 1 de março de 2020, e estava tudo a correr bem, como a nossa população não mudou – o principal fator que nós vendemos é o talento –, o talento mantêm-se, tal como a capacidade de adaptação, a competitividade infraestrutural, tudo isso se mantém. Não há nada que nos faça acreditar que não nos mantemos competitivos.
Todos estes planos de recuperação somados, aumentam muito a concorrência no jogo da captação de investimento, e isso só nos deve motivar a sermos melhores. Não há outra solução. Há oportunidades que se vão abrir. Isto vai continuar a ser uma corrida de talento e de capacidade de inovação. ●

PERSPETIVAS

Turismo exige plano de apoio para iniciar reconquista em 2021

É crescente a pressão da Confederação do Turismo de Portugal ou da AHRESP para que o Governo avance o mais rapidamente com a atribuição de um programa específico de apoio às empresas do setor antes de chegar a vacina ou a 'bazuca' de Bruxelas.

NUNO MIGUEL SILVA
nmsilva@jornaleconomico.pt

"Do lado da CTP, não vamos largar, o setor do turismo exige medidas perfeitamente concretas, em estreita cooperação com o Governo, com quem estamos a trabalhar, quer no Plano de Estabilização Económica, quer com o programa do Professor Costa e Silva, no sentido de ser criado um programa específico de apoio ao setor", revelou esta semana Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal, durante uma web conference de preparação da V Conferência Anual do Turismo Português, agendada para o próximo dia 28 de setembro, Dia Mundial do Turismo.

A criação de um pacote específico de apoio às empresas do setor do turismo antes de chegar a vacina contra a Covid-19 e de entrarem nos cofres do Estado as largas centenas de milhões de euros de apoio proporcionadas pela famosa bazuca criada pela Comissão Europeia é também defendida por Ana Jacinto, secretária geral da AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal. "Julgamos fundamental redefinir-se e criar-se um plano específico para o turismo, sustentável ao nível ambiental, mas sobretudo económico e social, e que já tenha em conta a situação que se vive", defende Ana Jacinto, em declarações ao Jornal Económico. Só assim, com apoios financeiros e com a recuperação da confiança e da segurança, será possível transformar 2021 num ano de reconquista para o setor, depois da queda abrupta verificada desde março deste ano.

Em declarações ao Jornal Económico, Francisco Calheiros recorda que, em junho último, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, numa mensagem de vídeo dirigida ao mundo, sublinhou que o turismo é um pilar essencial da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e que pode ser uma plataforma para ultrapassar a pandemia, unindo pessoas e promovendo a solidariedade e a confiança.

"Indiscutivelmente, o turismo reforçou nos últimos anos a sua importância no desenvolvimento socioeconómico das sociedades, na criação de riqueza e de postos de trabalho e no estímulo a outros setores económicos. Hoje, não é possível imaginar um mundo sem turismo. Não é possível, nem desejável e, neste contexto de pandemia em que nos encontramos, é mesmo urgente defendê-lo como atividade essencial à recuperação das economias mundiais", assinala o presidente da CTP. No entender de Francisco Calheiros, "não será fácil nem imediato regressar ao ciclo virtuoso de crescimento em que nos encontrávamos no início deste ano", mas "2021 será um ano de reconquista para o turismo, o que, em boa verdade, não é novo para os seus empresários, habituados a lidar com a adversidade".

"Assim haja também vontade dos nossos governantes para seguir o conselho do secretário-geral da ONU.

Já Ana Jacinto refere que "os últimos meses foram exemplo de como um motivo, do tamanho microscópico, como é o caso dos vírus, pode provocar ondas de choque com efeitos absolutamente devastadores, que geram em nós um efeito de uma assustadora impotência, mas que não nos pode dominar, mas antes obrigar-nos a reinventar-nos".

"Para as empresas portuguesas que trabalham no turismo, o momento é porventura o mais peculiar e difícil que já enfrentaram. Desde cedo viram decretada a suspensão das suas atividades, ou depararam-se com uma redução abrupta da sua faturação, muito perto dos zero euros e durante os meses que durou o confinamento…e quando puderam retomar a sua atividade (que ainda não aconteceu para todos), as empresas veem-se confrontadas com uma queda drástica no número dos seus habituais clientes. E sem clientes, e dispostos a consumir, não há recuperação possível", lamenta a secretária geral da AHRESP.

Por isso, Ana Jacinto pergunta-se sobre "o que é preciso para que os nossos clientes regressem e ajudem os negócios e a economia que, no fundo, é para todos nós?" "A resposta está na confiança. Só voltará a haver consumidores quando houver confiança, e para haver confiança é necessário haver segurança na operação e no negócio. E aqui, os setores que representamos têm sido um verdadeiro exemplo, mas que não chega para que as dificuldades se comecem a dissipar", diz esta responsável.

Lusa

No entender de Francisco Calheiros, "não será fácil nem imediato regressar ao ciclo virtuoso de crescimento em que nos encontrávamos no início deste ano"

Para Ana Jacinto, "hoje, mais do que nunca, as empresas precisam de ajuda, de toda a ajuda, para que possam dispor dos 'curativos' adequados à 'ferida de bala' que as atingiu".

"A AHRESP sabe disso melhor do que ninguém e tem estado a trabalhar ininterruptamente desde que esta crise se instalou, e em várias frentes, tal como a situação exige: temos mantido conversações constantes com o Governo, mas também apresentámos medidas e soluções específicas para ajudar as nossas empresas a enfrentar o futuro com maior confiança e segurança, tendo algumas delas visto 'a luz do dia', destaca.

Ana Jacinto reconhece que "este é um trabalho inacabado e que exige de todos nós uma astúcia e uma agilidade quase permanente, para irmos encontrando as melhores respostas a cada desafio que surge". E frisa: "há respostas que também dependem de nós, AHRESP, e que passam pela disponibilização de serviços inovadores que sabemos podem contribuir para uma retoma mais rápida e sustentada".

"Um desses serviços passa pela disponibilização de um marketplace online, que designámos de 'Mercado Global Online AHRESP', e que põe em contacto fornecedores e clientes em busca de produtos e serviços em condições únicas e com garantia de qualidade. Mas também sabemos que muitas vão ser as empresas que vão entrar numa espiral de dificuldades e que irão precisar de alguns 'cuidados intensivos', por isso, em breve, iremos apresentar às empresas a possibilidade de disporem de um serviço que compreende um diagnóstico sério e profissional sobre a situação real e que será acompanhado de um plano de recuperação económico-financeira do negócio, ao estilo *tailor made*", revela Ana Jacinto.

Além disso, no entender da secretária geral da AHRESP, existem também medidas, numa vertente mais macro, "que nos ultrapassam, mas que são fundamentais para que a recuperação se dê, ou pelo menos, se vá dando".

"Assim, outra – entre muitas - das medidas que seriam bem-vindas seria a redução temporária do IVA como forma de incentivar o consumo. Muito pouco se tem falado em medidas que impulsionem o consumo mas como já referimos, sem consumo não há retoma. E por fim o tão desejado 'filão' que esperemos chegue da União Europeia, e que queremos seja distribuído com o envolvimento das empresas e seus representantes, e não de costas voltadas para estes. A AHRESP está, como sempre esteve, disponível para um debate aberto e sério sobre o futuro desta atividade, e que já se impõe", conclui Ana Jacinto.

MERCADOS ACIONISTAS

Duas corridas devem ditar o ritmo do 'touro' das bolsas

Após meses de ganhos imparáveis, os investidores olham agora com atenção para as presidenciais nos EUA e o 'sprint' para a vacina. Uma segunda vaga forte da pandemia pode causar quedas, mas há margem para novas almofadas na forma de estimulos.

SHRIKESH LAXMIDAS
slaxmidas@jornaleconomico.pt

Reuters

Em plena pandemia, agosto foi um mês querido para os investidores nas principais bolsas mundiais. Em Wall Street, por exemplo, foi o melhor agosto desde 1984 e o melhor mês desde abril, num prolongar de um *rally* que, depois de um choque inicial em março, ignorou a crise económica. O índice S&P 500 ganhou 7%, o Dow Jones subiu 7,5% e o Nasdaq disparou 9,59%. Depois de tanta escalada, poderá ter chegado o momento de vertigem, dizem os analistas contactados pelo Jornal Económico.

"Desde a queda acentuada no final de março, temos observado uma recuperação das principais bolsas mundiais, sendo que algumas delas chegaram mesmo a atingir máximos históricos recentemente", recordou Francisco Alves, analista da corretora Infinox. Sublinhou, no entanto, que "é provável que o mercado sofra uma pequena correção, pois parte deste crescimento está assente na especulação dos investidores, tornando algumas bolsas sobrevalorizadas".

Essa foi a principal explicação dada pela maioria dos analistas para um curto *sell-off* no final da semana passada, com os investidores a tomarem ganhos, especialmente nas gigantes tecnológicas. A curto e médio prazos, no entanto, há vários fatores que poderão travar ou prolongar o ciclo de subidas, entre as quais as corridas à Casa Branca e à descoberta de uma vacina para a Covid-19.

"As tensões comerciais e tecnológicas entre os Estados Unidos e a China podem-se agudizar e penalizar os mercados, com Donald Trump a querer mostrar a sua força e justificar votos na sua candidatura", explicou Paulo Rosa, economista sénior do Banco Carregosa. Os eleitores estarão divididos até à primeira terça-feira de novembro, ponderando sobre a atual gestão da crise de Covid-19, mais ou menos carga fiscal e novos incentivos à recuperação económica e suporte ao elevado desemprego, adiantou.

> **"As tensões comerciais e tecnológicas entre os Estados Unidos e a China podem-se agudizar e penalizar os mercados, com Donald Trump a querer mostrar a sua força e justificar votos na sua candidatura", explicou Paulo Rosa, do Banco Carregosa**

Francisco Alves, da Infinox, diz que a campanha presidencial norte-americana "influencia a volatilidade dos mercados constantemente", e aponta para as reações ao resultado da votação. "A vitória de Trump irá reforçar a estabilidade dos mercados, o que poderá potenciar uma subida geral, enquanto uma vitória de Joe Biden não terá necessariamente de influenciar negativamente os mercados. No entanto, penso que o impacto não será semelhante".

A pandemia até agora não impediu o *rally,* mas poderá vir a fazê-lo em breve. Para Paulo Rosa, "a existência de uma segunda vaga, com a chegada das estações do outono e do inverno ao hemisfério norte, que poderá ditar um novo confinamento ou um distanciamento social com restrições mais apertadas, poderá penalizar os mercados, especialmente se tardar uma vacina eficaz".

O economista do Carregosa salientou que é preciso "também tentar aferir até que ponto a atual 'quarta revolução industrial em curso', acelerada pelo confinamento, consegue justificar, ou não, as atuais valorizações do setor tecnológico".

O rumo das bolsas vai depender do grau de resposta da economia perante as valorizações, principalmente das ações tecnológicas, num ambiente de taxas de desemprego elevadas e contração do PIB, adiantou, recordando que os governos e os bancos centrais têm lançado 'bazucas' de estímulos para minimizar o dano da pandemia na economia e nos mercados.

O balanço da Reserva Federal (Fed) subiu 70%, de 4,2 triliões de dólares para sete triliões de dólares, em apenas três meses, de março a maio, e as taxas de juro desceram 1,75% para 0,25% nos Estados Unidos numa questão de dias, após ser decretada a pandemia. "Falava-se e era aceitável nessa altura uma expansão do balanço da Fed para 10 biliões de dólares para suportar a economia", recordou Paulo Rosa.

"Por que não se materializar essa política caso haja uma hercúlea segunda vaga? Provavelmente os governos e os principais bancos centrais irão continuar a tentar suportar a economia e o emprego através de estímulos orçamentais e monetários, nem que para isso voltem a inflacionar os mercados de ações e obrigações," vincou.

E como poderá evoluir o mercado acionista nacional? "A economia portuguesa é das mais penalizadas pelo peso do turismo no PIB, um dos setores mais penalizados pelo distanciamento social, mas poderá beneficiar de uma recuperação das principais economias mundiais e da rápida comercialização de testes rápidos e baratos", disse o economista do Carregosa.

No entanto, "o setor tecnológico tem um peso reduzido no PSI 20 e, muito provavelmente, o principal índice da bolsa de Lisboa terá um desempenho aquém dos mercados", concluiu. ●

DESDE
1776
SINCE

#estamos
aquiparasi

ALL IN
ONE
WORLD

Garland
ALL IN ONE WORLD

SOLUÇÕES GLOBAIS
INTEGRADAS
DE **LOGÍSTICA**
E TRANSPORTE

ARMAZENAGEM
PREPARAÇÃO DE ENCOMENDAS
SERVIÇOS DE VALOR ACRESCENTADO
DISTRIBUIÇÃO NACIONAL 24H
TRANSPORTE INTERNACIONAL
MARÍTIMO, AÉREO E TERRESTRE

WWW.GARLAND.PT

ANO POLÍTICO EM PORTUGAL

Impacto da Covid torna incerto um calendário muito bem definido

Orçamento do Estado, regionais nos Açores, presidência portuguesa da União Europeia, presidenciais e autárquicas marcam ciclo movimentado. Sobretudo se a pandemia piorar ou se a "bazuca" tardar.

LEONARDO RALHA
lralha@jornaleconomico.pt

Da negociação do Orçamento do Estado para 2021 e início da campanha para as eleições regionais dos Açores até às próximas autárquicas distam apenas 12 meses, com a presidência portuguesa da União Europeia no primeiro semestre do próximo ano, no início do qual decorrem as presidenciais.

Num ciclo movimentado na política portuguesa ainda ficará claro se António Costa obtém a "Geringonça 2.0" pedida ao Bloco de Esquerda, PCP e PEV, e agora também ao PAN, para o resto da legislatura, mas um calendário tão definido esbarra na enorme incerteza associada a um agente político tão invisível quanto influente: o SARS-CoV-2, responsável pela pandemia de Covid-19.

Mais do que a dimensão da crise de saúde pública, a não ser que o número de infetados e de óbitos exponencie nos próximos meses, o principal elemento de incerteza reside nos efeitos económicos e sociais da pandemia. Mesmo que o primeiro-ministro já tenha vindo dizer que famílias, empresas e o país inteiro não poderão suportar um novo período de confinamento semelhante ao que vigorou no estado de emergência, o impacto da Covid-19 na atividade económica, e em particular no emprego, tem o potencial de alterar as regras do jogo, aumentando as hipóteses de quem se apresentar ao eleitorado como candidato de protesto, em detrimento dos incumbentes, estejam no Palácio de Belém, nos paços dos 308 concelhos ou até na residência oficial de São Bento, ainda que a antecipação das legislativas seja tão improvável quanto a disrupção da vida de milhares de milhões de pessoas por um vírus era no início de setembro de 2019.

"Ninguém consegue prever a proporção e extensão da crise económica e social provocada pela Covid-19", afirma André Azevedo Alves, professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, embora um cenário mais otimista, "em que não se verifica um agravamento das condições de saúde pública e ocorre uma recuperação económica rápida" dê força a quem estiver no poder, em Portugal e noutros países. "Se os números do desemprego não forem muito maiores daqui a um ano, o Governo pode ficar com a imagem de que geriu bem a crise", acrescenta.

Mas para que isso possa suceder junta-se outra incerteza, de ordem "balística", destaca ao Jornal Económico por Nuno Garoupa, professor da Universidade George Mason, nos Estados Unidos. "Ou há bazuca ou não há bazuca", refere, vincando que a evolução do ciclo político dependerá muito do *timing* da chegada dos milhares de milhões de euros com que a União Europeia procura que, perante o abismo, não haja passos em frente. E, mais concretamente, dos 15 mil milhões de euros a fundo perdido que o Fundo de Recuperação pós-Covid-19 destina ao Plano de Recuperação e Resiliência português.

"Se for daqui a três meses é uma coisa, daqui a seis meses é outra, e daqui a um ano completamente diferente", diz Garoupa, explicando que é essencial saber se o Governo apostará em mais endividamento, sendo certo que terá o cuidado de "não tocar nos funcionários públicos e pensionistas", dois pilares da "geringonça". "No que dia em que o fizer, o Governo terá um problema muito grave", sentencia.

> "Ou há bazuca ou não há bazuca", diz Nuno Garoupa, vincando que a evolução do ciclo político dependerá muito do 'timing' da chegada dos milhares de milhões de euros com que a União Europeia procura que, perante o abismo, não haja passos em frente

Primeira paragem: um teste à hegemonia do PS nos Açores

Ao mesmo tempo que João Leão se empenha na negociação de um Orçamento do Estado para 2021 que o ministro das Finanças já anunciou prever aumentos para a função pública e que só carece da abstenção do Bloco de Esquerda para ser aprovado - mas que o Governo quer consensualizar com PCP, PEV e PAN - para evitar a "crise política agitada por António Costa e que teria o efeito de um milhão de bazucas por Marcelo Rebelo de Sousa ter deixado de poder dissolver a Assembleia da República, o que só voltará a suceder quando ele (ou um(a) eventual sucessor(a) em Belém) tomar posse, prepara-se o primeiro teste eleitoral em contexto pandémico, com as eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, marcadas para 25 de outubro.

Hegemónico desde 1996, quando Carlos César sucedeu a Mota Amaral, o PS-Açores, liderado pelo presidente do governo regional, Vasco Cordeiro, procura nova vitória, o que só não acontecerá se o social-democrata José Manuel Bolieiro alterar drasticamente o padrão de voto dos açorianos nas europeias e legislativas de 2019.

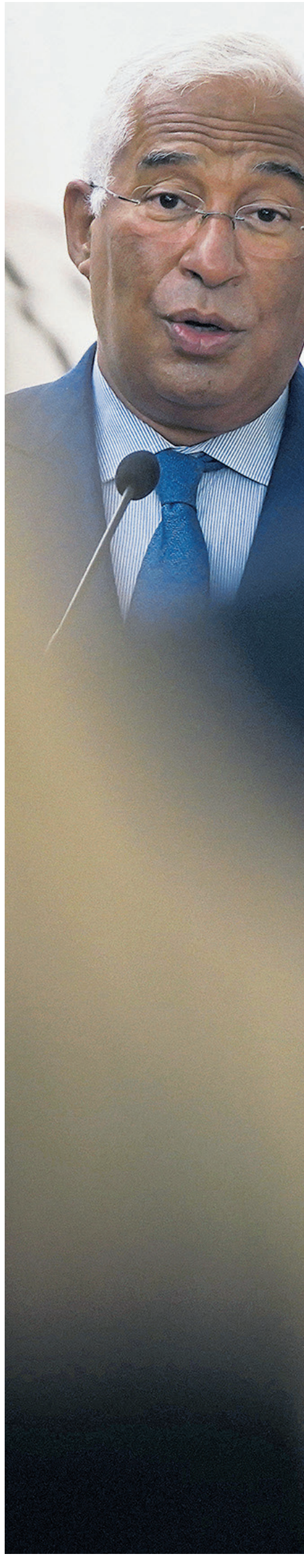
"Não vamos ter grandes surpresas", antecipa Nuno Garoupa, admitindo mesmo assim que, com um resultado idêntico ao das legislativas, o PS não obtenha maioria absoluta e precise do Bloco de Esquerda. E aí a dúvida será se os bloquistas (e o PS) estarão mais inclinados a um apoio parlamentar como o da "geringonça" ou a uma participação no executivo semelhante à do vereador Manuel Grilo na Câmara de Lisboa.

Por seu lado, André Azevedo Alves salienta que qualquer quebra do PS-Açores, mesmo que não implique a reconquista do poder pelos sociais-democratas, cujo candidato presidiu a Câmara de Ponta Delgada e chegou a ser vice-presidente de Rui Rio na direção nacional do PSD, será um "sinal de enfraquecimento" que António Costa dispensa no arranque de um ciclo que culmina com as autárquicas em que o ponto de partida é tão elevado que melhorar é difícil.

Mas Azevedo Alves não esquece outro ponto de interesse nas regionais: a possibilidade de a assembleia, que tem agora três deputados do CDS-PP, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um do PPM e uma independente, passar a contar com representação do Chega. Nuno Garoupa concorda: "A única grande incógnita é quantos votos tem André Ventura."

Os três que podem tirar a vida airada a Marcelo

Se 1 de janeiro de 2021 marca o arranque da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, que durará o primeiro semestre e aspiraria ao estatuto de acontecimento do ano no tempo em que não havia máscaras a tapar rostos, quebras abissais no turismo e boletins diários a dar conta do número de infetados, mortos e recuperados de Covid-19, deverá ser também em janeiro que decorrem as eleições presidenciais. E, em vez do "passeio no parque" previsto para o segundo mandato de Marcelo Rebelo de Sousa, patente em son-



Hugo Delgado/Lusa

dagens que colocavam o recorde de Mário Soares (reeleito em 1991 com 70,35%) ao seu alcance, tudo pode mudar devido à profusão de candidatos com ambições de conquistar espaço político ou até forçar a segunda volta a que nenhum Chefe de Estado em exercício foi até hoje sujeito.

Depois do fundador e presidente do Chega - reeleito no sábado com 99,4% dos votos dos militantes - André Ventura ter avançado como o *challenger* de Marcelo, criticando-lhe a convergência com o Governo, a eurodeputada bloquista Marisa Matias anunciou na quarta-feira que repetirá a candidatura de 2016, quando ultrapassou 10%, e no dia seguinte deu-se a apresentação oficial de Ana Gomes, com a ex-eurodeputada do PS a avançar sem o apoio do partido, dividido quanto ao tema desde que António Costa disse, numa visita à Autoeuropa, a 13 de maio, que contava reencontrar Marcelo daí a um ano.

Nuno Garoupa arrisca o prognóstico de que, mesmo assim, o atual Chefe de Estado será reeleito à primeira volta, com 55%, pouco acima dos 52% obtidos em 2016. "Se a crise agravar, isso vai prejudicar Marcelo", antevê o professor da Universidade George Mason, autor dos livros "Portugal, um Retrato" e "A Direita Portuguesa - Da Frustração à Decomposição", tendo em conta os vários polos de atração dos "votos de protesto".

Por seu lado, André Azevedo Alves admite a hipótese "pouco provável" da segunda volta. "Depende de como Ana Gomes e André Ventura se posicionarem. O pior para Marcelo seria os dois descolarem. Se ganharem tração em simultâneo, aumenta a probabilidade de um cenário que continua a não ser o mais provável", explica o autor de "Teoria Política e Geoestratégia", concretizando que se ambos subirem acima dos 15%, juntando os votos de Marisa Matias, do(a) candidato(a) comunista ainda por anunciar, do dirigente da Iniciativa Liberal Tiago Mayan, e ainda Gonçalo da Câmara Pereira, Bruno Fialho e Vitorino "Tino de Rans" Silva, o Presidente da República pode não atingir 50% num cenário de elevada abstenção.

Mas nem é preciso haver segunda volta - para não falar numa derrota de Marcelo em que ninguém acredita, apesar de ainda nem sequer ter confirmado a candidatura - para as presidenciais condicionarem a política portuguesa. "O resultado de Ana Gomes vai ajudar a uma clarificação e leitura interna no PS", diz Azevedo Alves, prevendo que se a ex-eurodeputada tiver um resultado fraco "veremos Pedro Nuno Santos a desvalorizar", ocorrendo o mesmo com Fernando Medina caso o resultado seja bom. De igual modo, Nuno Garoupa vê a soma dos votos de Ana Gomes e Marisa Matias como a marca que o ministro das Infraestruturas considerará que "vale essa área política sem contar com António Costa".

Para André Ventura, cuja reação inicial à candidatura de Ana Gomes foi anunciar que se demitirá da liderança do Chega se tiver menos votos do que ela, existe uma enorme latitude de cenários, que vão desde a chegada a uma segunda volta em que não teria hipóteses de vencer Marcelo mas enfrentaria alguém provavelmente apoiado por todos os partidos que aponta como sendo do "sistema", do CDS ao PCP, até ao cenário "muito mau" de ficar em quarto, atrás das duas candidatas de esquerda. "Uma coisa é Ventura ter 10% com Marcelo a 70% e outra é ter os mesmos 10% com Marcelo a 55%, mas com Ana Gomes e Marisa a terem 15% cada uma", realça Nuno Garoupa.

Autárquicas complicadas para todos os partidos

Ainda mais incertas serão as autárquicas, em setembro ou outubro de 2021, dependendo da evolução da pandemia e das ondas de choque das eleições precedentes.

"Todos os grandes partidos têm problemas", diz Nuno Garoupa, começando pelo PS, que "parte de um patamar muito bom" e difícil de melhorar, apesar de poder manter as maiores autarquias (Lisboa, Sintra, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Amadora e Almada) e juntar-lhes bastiões comunistas, como Setúbal ou Seixal, estando o PCP obrigado a conter a erosão no poder local para não acentuar o "problema de sobrevivência enquanto partido influente". Com o CDS-PP "a arriscar-se a ser pulverizado", depois de em 2017 "fingir que teve um bom resultado graças a Lisboa", e o Bloco de Esquerda ainda sem indícios de implantação autárquica, resta ao PSD a boa notícia de "partir de um resultado muito baixo", temperada pela falta de perspetivas de conquistar grandes municípios, "a não ser que candidate Isaltino Morais por Oeiras".

Para Azevedo Alves, apesar da "probabilidade relativamente alta de Rui Rio poder declarar um bom resultado por o termo de comparação ser muito baixo", as dificuldades esperadas em Lisboa e no Porto (onde Rui Moreira vencerá desde que se candidate) podem criar uma "crise existencial" se os sociais-democratas continuarem "residuais nas grandes cidades".

Entre os outros partidos emergentes, além da hipótese do PAN e da Iniciativa Liberal elegerem vereadores nas grandes cidades, a incógnita é até onde poderá subir o Chega antes das legislativas de 2023. E se Ventura será "candidato a tudo", avançando para a Câmara de Lisboa, "como Paulo Portas há 20 anos no CDS", diz Garoupa.

O MUNDO PÓS-PANDEMIA

Um planeta a tentar sobreviver às agendas políticas dos seus habitantes

Capacidade intrusiva da Covid-19 mostra que ninguém está orgulhosamente só. A União Europeia percebeu que quanto menos for União, menos será Europa. E isso pode fazer a diferença nos anos que se avizinham.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@jornaleconomico.pt

Além de todos os aspetos sanitários, financeiros, económicos e sociais decorrentes da pandemia de Covid-19, vários analistas chamaram já a atenção para um facto – quase subliminar – que também está inscrito no ADN do vírus: a sua disseminação galopante, mas também a luta contra os seus flagelos imediatos, demonstra que o mundo é de facto uma aldeia global. Esta evidência – que se pode observar também, por exemplo, na investigação supranacional das vacinas – pode ter um efeito político inesperado no planeta, pelo menos a médio prazo: a derrota das estratégias de regresso ao protecionismo, o fechamento dos mercados internos e, no limite dos limites, o esvaziamento das propostas pró-nacionalistas patrocinadas em cada vez mais alargado número de países, nomeadamente na Europa.

No espaço que nos é mais próximo, a União Europeia, a luta contra as metástases da pandemia torna tudo isto ainda mais evidente: as economias da União só recuperarão "sem deixarem ninguém para trás" se houver um plano de contingência (cujo esboço está feito) que funcione em bloco. Ou seja, nenhuma economia interna vai recuperar sem que o mesmo suceda nas economias que lhe estão a montante como fornecedoras e nas que lhe estão a jusante como clientes.

Do outro lado do Atlântico, a perspetiva mantém-se: foi o atual presidente Donald Trump quem engendrou esta espécie de regresso a casa da economia norte-americana, e que dificilmente podia ter corrido pior: o número de falências aumentou, o consumo interno tremeu, e os empresários tiveram que quase chegar ao ponto da rebeldia para imporem negociações entre a Casa Branca e o governo chinês para a normalização das relações comerciais.

Ninguém se terá ainda esquecido (ou se calhar já) que ao longo de semanas e semanas os talvez demasiado sensíveis índices de referência de Wall Street andaram com todas as antenas dirigidas para as rondas de negociações que juntaram à mesma mesa chineses e norte-americanos e de onde saiu, arrancado a ferros, uma espécie de acordo, cuja 'fase 1' foi entretanto trucidada pela Covid-19.

A revolução industrial

Neste quadro, os próximos anos serão com certeza de regresso da globalização. Mas talvez com um acrescento, se o mundo ocidental conseguiu (o que não é costume) aprender qualquer coisa: tanto os Estados Unidos como a União Europeia devem ter percebido que têm todos os motivos para não permanecerem nas mãos do sudoeste asiático em termos de matérias-primas e de produção de base para os bens transacionáveis.

Essa evidência pode resultar num regresso da aposta europeia na indústria, o que poderia ainda ter o mérito de aumentar o número de empregos (a União Europeia continua em muito má posição neste particular) e de patrocinar uma solução para um problema que desapareceu das parangonas dos jornais, mas não desapareceu da realidade: a imigração que continua a chegar à Europa e é acantonada em espaços confinados, à espera que lhes aconteça qualquer coisa que ninguém sabe o que será.

Se a intenção não se perder no meio de interesses distorcidos pela concorrência dos preços, a reindustrialização da Europa pode ser a resposta para vários problemas latentes

Este reforço da competência da União em termos do que é a resposta aos tempos novos que por aí vão surgindo deverá – além de esvaziar as propostas nacionalistas – aliciar novas entradas no agregado. Os Balcãs são os 'clientes' no topo da fila de espera, mas é possível que a cintura de ferro da Rússia acabe por abrir mais algumas brechas (Ucrânia? Bielorrússia?).

Inevitavelmente, no interior da União Europeia haverá uma nova confrontação 'de galos', num quadro em que Angela Merkel – "de quem haveremos de ter saudades, quem diria?", comentava o embaixador Seixas da Costa – está de saída (estará mesmo, ou será sensível aos apelos para que se mantenha?) e o presidente francês anda a ensaiar uma postura de 'dono do galinheiro'. Disparando em quase todas as direções (Líbano, Líbia, Israel, Turquia, Rússia) Emmanuel Macron, cuja popularidade interna é inversamente proporcional à externa, quer claramente fazer regressar a França à mesma posição dominante que tinha em 1945 mas que desapareceu por trás do fumo das fábricas alemãs. A falta de comparência dos britânicos (eles sim, os verdadeiros concorrentes dos franceses) é uma vantagem histórica que o Eliseu com certeza não quererá perder.

À volta da União Europeia, será ainda o caos que vai continuar a impor a sua desordem. A bacia do Mediterrâneo é cada vez mais um lugar a evitar, o Médio Oriente também e de nenhuma dessas geografias chega, há anos e anos, qualquer boa notícia. A capacidade de o primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu encantar os seus velhos inimigos parece ter 'morrido' nos Emiratos Árabes Unidos – ao mesmo tempo que todos estão na expectativa de perceberem para onde vai a Turquia, um país que está cada vez mais bem posicionado para ser 'a' potência regional dominante naquelas paragens.

O mundo está, por isso, em mudança – está sempre – e não é necessariamente verdade que seja para melhor. Mas isso é fora da Europa: os europeus continuarão a viver no melhor mundo do mundo, como acontece há pelo menos dois milénios. ●

Francisco Secco/Pool

TRUMP VAI PERDER?

A perder, venderá cara a derrota – mas neste momento é verdadeiramente impossível ter-se uma perceção exata dos resultados das eleições de 3 de novembro. Certo é que os democratas, quer perdendo quer ganhando, perderam uma ocasião soberana de fazer, afinal, o que vinham fazendo há décadas: apresentarem um candidato dinâmico, longe de ter idade para ser avô, quanto mais bisavô, como fizeram com Bill Clinton ou Barack Obama. Depois de 3 de novembro, os Estados Unidos vão estar necessariamente menos bem preparados para enfrentar um mundo que é cada vez menos igual àquele em que quer Trump quer Biden viveram o melhor das suas vidas ativas. Talvez que o resultado venha a ser que a China acabe mesmo por ultrapassar os Estados Unidos (é bom não esquecer que as exportações chinesas cresceram acima dos 8% no segundo trimestre) como a maior economia do mundo – e não é por não terem avisado ao que vinham.

UM BREXIT COM ACORDO?

Praticamente impossível. O primeiro-ministro Boris Johnson demonstrou sempre ser um fervoroso adepto de uma saída sem acordo. Num certo sentido, tem toda a razão: se é para sair, é para sair. Nesse quadro – que o seu partido apoia mais ou menos incondicionalmente – esperar que o governo de Londres aceite, por exemplo, que Bruxelas pode continuar a ter uma palavra no financiamento estatal à iniciativa privada, é uma absoluta mirabolância da parte da Comissão Europeia e do Conselho Europeu. Do lado de Bruxelas, Michel Barnier continua a achar que é o tipo mais importante da sala e que os britânicos acabarão por numa genuflexão perante o seu brilhantismo. Talvez seja melhor esperar sentado. E para que finalmente percebam aquilo que os britânicos querem, nada melhor que desenterrar o problema das duas Irlandas. Talvez assim Bruxelas perceba que a faca que tem numa mão está demasiado romba para cortar o queijo apodrecido que tem na outra.

PAZ NO MÉDIO ORIENTE?

Não, claro que não. O acordo diplomático entre Israel e os Emirados Árabes Unidos é um sucedâneo que Donald Trump tirou da cartola para efeitos internos, mas tem muito pouca valia em termos da geopolítica local. Nenhum acordo viável será assinado senão com a Arábia Saudita – que já disse que só aceita sentar-se com uma representação do país judaico se Israel reconhecer a Palestina como um país e aceitar a sua capital em Jerusalém Oriental. Como isso é a penúltima coisa que passa pela cabeça do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu (a última é deixar esse cargo), a paz no Médio Oriente está tão encalhada como está mais ou menos desde sempre. E a tensão naquele lado da bacia mediterrânica vai continuar a alastrar para outras paragens, como o Líbano e a Síria. E, claro, para o Irão, que continuará a ser uma espécie de inimigo de estimação dos Estados Unidos, quem quer que seja que venha a ganhar as presidenciais.

UE: EIXO PARIS-BERLIM?

Pouco provável. A lógica do eixo Paris-Berlim precisou sempre, para servir de contraponto e ser inteligível pelos europeus, da presença sempre pouco disfarçadamente enfadada dos britânicos. Uma vez desaparecido esse contraponto, Paris e Berlim deverão rapidamente regressar à sua velha condição de concorrentes – apesar de tudo bem melhor que a alternativa: a de inimigos. A União Europeia parece assim, pelo menos para já, condenada a, de quatro em quatro anos, passar pelo verdadeiro carnaval por que passou depois das eleições europeias de maio de 2019, quando as forças em presença nem sequer se deram ao trabalho de disfarçarem a verdadeira guerra de lugares em que se envolveram. No final, vai pesar o mesmo de sempre: para os devidos efeitos, a Alemanha continuará a ser o motor da economia da União, o que é sempre um argumento de muito peso face à mania das grandezas dos franceses. E a verdade é que espanhóis e italianos também não acham muita piada ao eixo Paris-Berlim.

A RÚSSIA VAI RENASCER?

A Rússia renasce sempre e um dos piores sintomas da cegueira diplomática de que a Europa enferma há vários séculos é desprezar o sinal do gigante que vive mesmo ali na porta das traseiras. Há 20 anos ninguém arriscava demasiado se previsse uma vida política muito curta para um obscuro oficial de segunda categoria do KGB, uma organização que os mais distraídos acreditaram que estava a dias da sua própria morte. Vinte anos depois, Vladimir Putin está confortavelmente sentado no Kremlin, de cujas janelas se diverte a ver passar da irrelevância para a ribalta e novamente para a irrelevância carradas de políticos ocidentais com brilhantes futuros pela frente. A enormidade do território russo – o que quer dizer uma enormidade de recursos – e a crença nas virtudes do pan-eslavismo transformam a Rússia num *case study*, num vizinho incómodo ou num desafio diplomático interessante. Ou em tudo isso de uma só vez.

FÓRUM

A DIFÍCIL ROTA PARA A RETOMA

O JE pediu a 33 lideres (das áreas da economia, política e sociedade) as receitas que podem ajudar o país a sair de uma crise inesperada. Confiança, apoios, investimento e inovação são alguns dos ingredientes vistos como essenciais. SHRIKESH LAXMIDAS

COMO É QUE PORTUGAL PODE GARANTIR UMA RECUPERAÇÃO RÁPIDA E ROBUSTA?

MIGUEL MAYA
CEO do Millennium bcp

Nesta fase em que nos encontramos, acreditar em certezas e garantias sobre a velocidade e a robustez da recuperação, venham essas promessas de quem quer que seja, é um erro que não podemos cometer. Estamos a lidar com algo novo e desconhecido. Não há certezas, não há atalhos, não há fórmulas milagrosas que garantam o sucesso. Há ciência e há trabalho, são esses os eixos a utilizar para projetar o futuro. O talento e o esforço de cada um de nós devem ser colocados com determinação nas atuações a empreender: para superar a crise, para valorizarmos o nosso potencial e para podermos perspetivar uma vida melhor, com uma economia mais competitiva e numa sociedade mais inclusiva e justa.
A superação da crise económica requer a superação da crise sanitária. Há que apoiar e confiar na ciência e nos profissionais médicos, nos cientistas que estão a trabalhar na cura e na prevenção. No dia-a-dia respeitemos diligentemente as recomendações de prevenção. Para o futuro, haverá que investir mais na qualificação de cientistas e alterar os hábitos e os comportamentos sociais, há que contribuir na primeira pessoa, através das atuações e do voto (sim, pelo voto se escolhem as prioridades), para uma sociedade mais justa e equilibrada e que tenha mais respeito pela biodiversidade.
A lucidez sobre a dimensão das adversidades e das ameaças não nos pode atemorizar nem paralisar, sendo fundamental entender os riscos e ter a perspetiva de que esta crise traz consigo também enormes oportunidades. A natureza da crise e a robustez da resposta ao nível dos estímulos financeiros e fiscais, dos quais há que destacar a enorme relevância política e económica do programa Europeu Next Generation, permitem antever que esta crise seja sucedida por uma forte recuperação; mas será de uma enorme falta de ambição aspirarmos apenas chegar aonde estávamos.
Não podemos desperdiçar esta crise para mudarmos de paradigma, para evoluirmos. As prioridades de atuação não se podem ficar pela resposta às urgências. Há que reformar o funcionamento das instituições, há que definir as prioridades no investimento em educação cientifica (…criação de centros de competência em data science e automação), há que criar condições para que as empresas tenham vantagens em estarem sedeadas e em criarem emprego em Portugal (…enquadramento fiscal e laboral competitivo), há que premiar o mérito e o trabalho de forma relevante para estimular o empreendorismo e a inovação, mas também de forma equilibrada para garantir a coesão. Em suma, mesmo que sem garantias de sucesso, estou convicto que sairemos mais rapidamente e mais robustos desta crise se formos mais exigentes connosco e com os outros.

CÉLINE ABECASSIS-MOEDAS
Diretora da Formação de Executivos da Católica Lisbon, School of Business & Economics

1. Recorrer à inovação e digitalização. A crise da Covid-19 obrigou as empresas a apressar os seus processos de digitalização. Tal deve ser encarado como uma oportunidade para muitos serviços se modernizarem, simplificarem processos através da digitalização. Por exemplo, as teleconsultas aumentaram exponencialmente durante a pandemia. Este é um novo hábito que pode e deve ficar. Em muitos países do mundo, a função publica está a ser obrigada a digitalizar-se e a oferecer serviços online. Portugal pode e deve avançar neste caminho que é positivo para a sociedade como um todo.
2. Apostar na formação. Este "novo mundo" é muito desafiante, e as pessoas e empresas têm de se preparar para esta nova realidade, mais digital e ao mesmo tempo com desafios grandes ao nível, por exemplo, da gestão de pessoas à distância. A formação técnica (digital) e comportamental vai fazer a diferença nesta nova realidade. Investir na formação é uma maneira de nos prepararmos para o futuro.
3. Prevenir e evitar a "pink recession". Esta crise está a afetar mais as mulheres, porque são elas as mais impactadas pelas tarefas domésticas e o apoio aos filhos em idade escolar, sacrificando muitas vezes os seus trabalhos, mas também porque são as mulheres que estão mais representadas nas indústrias mais afetadas pela crise (como o turismo). O suporte às famílias, protegendo o emprego feminino, é essencial para a retoma económica.

LUÍS MÁXIMO DOS SANTOS
Vice-governador do Banco de Portugal

Por mais distantes no tempo, todas as pandemias conduziram a profundas alterações sociais, mesmo que, muitas vezes, a História não as tenha valorizado suficientemente enquanto fator de advento de novos tempos.
A pandemia da Covid-19 não vai ser exceção. Tem sido interessante o debate sobre se a pandemia está, sobretudo, a acelerar tendências já em curso ou se, mais do que isso, irá gerar "um verdadeiro novo mundo", seja, por exemplo, na ordem geopolítica e geoeconómica mundial, na estruturação dos regimes políticos, na transformação digital do nosso modo de vida, na maneira como trabalhamos e, em última análise, como nos relacionamos e vivemos. Provavelmente as duas perspetivas estão certas, pois não se excluem, antes convergem, uma vez que, na verdade, a tremenda aceleração das tendências que já se manifestavam é, só por si, algo suficientemente poderoso para gerar o dito "novo mundo".
O distanciamento social contraria a essência do ser humano. Nós não existimos sem os outros; precisamos da sua proximidade para nos realizarmos e sermos felizes. Mesmo o "homem digital" precisa de grandes celebrações coletivas. Da comunhão que advém de participarmos numa celebração religiosa, numa celebração política, de partilharmos o prazer das artes, ou mesmo, mais prosaicamente, a paixão por um desporto ou um clube.
Por isso, sendo neste momento a necessidade do distanciamento social um facto, que se espera transitório, todas as políticas públicas – em especial a económica -, têm de colocar os seus instrumentos ao serviço da preservação do essencial: garantir que continuamos a ser uma comunidade e não um arquipélago de impotências. Se perdermos isso, perdemos tudo.
Não por acaso, a fraternidade – uma palavra/conceito que, há demasiado tempo, quase não pode ser escrita sem gerar nos leitores um sorriso cínico -, está no centro do cristianismo, mas foi também um dos lemas da Revolução Francesa.
Uma pandemia é algo tão atentatório da condição humana que olhá-la como "uma oportunidade" soa a retórica de políticos e gestores pouco inspirados. Coisa diferente é dizer que o nosso futuro será ditado pelo modo como formos capazes de lidar com ela.
A pandemia uniu o mundo nas mesmas preocupações. Não atingiu os países e os habitantes por igual, mas em todos despertou o sentimento da eterna fragilidade do ser humano, o medo de soçobrar. Quebrou o sentimento de omnipotência do Homem que a tecnologia vinha alimentando, fez-nos relembrar que, apesar dos seus extraordinários êxitos, a ciência tem limitações.
Iniciado sob o signo do terrorismo apocalíptico, com o 11 de setembro de 2001, o século XXI viu surgirem duas tremendas crises no espaço de dez anos: a crise financeira global e a crise provocada pela pandemia. É muito duro para apenas dez anos.
Se, no caso da "gripe espanhola", a guerra (Primeira Mundial) espalhou a pandemia, não creio que seja elevado o risco de, desta vez, ser a pandemia a espalhar a guerra. Mas a violência está à espreita sob muitas outras formas.
O melhor antídoto para a prevenir é promover políticas económicas e sociais centradas no reforço dos laços comunitários, que combatam a pandemia da desigualdade - há muito em expansão, mesmo reconhecendo os resultados positivos que, de um ponto de vista mundial, a globalização trouxe no combate à pobreza -, que enraízem o sentimento de que todos contamos, que impeçam que o "distanciamento social" seja o definitivo triunfo da indiferença perante o destino dos nossos concidadãos.
A economia nunca deveria ter perdido de vista que é uma ciência social. Sabemos que os nossos atuais níveis de consumo não são sustentáveis. Mas a sua indispensável moderação tem de ser feita sem gerar outras formas de insustentabilidade, em especial a da pobreza crescente.

ISABEL UCHA
Presidente da Euronext Lisbon

Esta crise pandémica reduziu ou mesmo parou algumas atividades económicas de grande relevância para a economia portuguesa e para o emprego. No entanto, espera-se que esta paragem seja temporária, e que, quando encontrada uma vacina, possamos recuperar níveis de atividade semelhantes aos anteriores à pandemia.
A rapidez da recuperação depende muito da reação das pessoas, designadamente na sua confiança para a retoma de hábitos de consumo e decisões de investimento. Ainda é incerta a forma e o ritmo a que vamos voltar a viajar, a sair para um espetáculo, ou decidir investir um novo negócio.
Mas a recuperação rápida que todos desejamos, também depende muito de sermos capazes de manter a capacidade produtiva ativa, isto é, de não deixarmos destruir empresas durante este tempo de maior restrição e incerteza. Por exemplo, é importante que os nossos hotéis possam estar abertos, quando os fluxos de turismo recuperarem. Os apoios públicos já disponíveis, e outros que venham a ser acrescentados, são muito relevantes para preservarmos a capacidade produtiva e o equilíbrio social, e acelerar a recuperação económica.
Neste momento de paragem, e onde alguma reflexão tem vindo a ser realizada sobre os objetivos estratégicos do país para os próximos 10 anos, cabe também procurar incentivar formas de financiamento mais diversificadas, e que proporcionem uma recuperação económica assente em empresas mais fortes e mais capitalizadas.

PAULO RANGEL
Eurodeputado do PSD

O primeiro objectivo deve ser a recuperação robusta e consistente, tão rápida quanto possível. De nada vale uma recuperação rápida, se frágil e reversível. Para tanto, temos de apostar no planeamento estratégico. Os prazos são apertados e o Governo perdeu tempo. Enquanto respondíamos à vaga inicial, muito trabalho podia ter sido feito, usando a administração e as universidades em concertação com os partidos e os parceiros sociais. O Plano Costa e Silva não é um plano: é um guião estratégico, sem quantificação e sem escolhas claras.
A digitalização e o ambiente têm de ser prioridades horizontais. Não faz sentido reerguer a "velha" economia: a terrível destruição em curso tem de ser aproveitada para saltar etapas tecnológicas e ambientais. A energia e a mobilidade ferroviária devem ser eixos de alívio dos "custos de contexto". O regresso à indústria, altamente digitalizada e "circular", é crucial; diminuindo o sobrepeso dos serviços na economia. O mar e os recursos marinhos (pesca incluída) têm de ser uma aposta. Investigação científica, por um lado, e ensino técnico adequado, por outro, devem ser o foco dos recursos humanos. A infraestruturação de internet "universal" – vital para a educação – deve ser uma meta.
Este tipo de medidas sectoriais deve ser alavancado por três linhas políticas: escrutínio rigoroso e público do uso dos fundos; reforma do sistema de justiça, no acesso e celeridade; descentralização territorial, assegurando coesão interna (e não apenas europeia).

CARLOS SILVA
Secretário-geral da UGT

Com uma forte dose de confiança injetada pelos principais atores políticos, económicos e sociais. A cooperação institucional entre o Governo e o Presidente da República tem sido uma base sólida de promoção da estabilidade política e da paz social, sem a qual seria duvidoso que o clima de confiança entre os portugueses se mantivesse em níveis bastante aceitáveis.
A atração de investimento privado, nacional ou estrangeiro, necessita de condições políticas estáveis para ter sucesso, cabendo ao Estado intervir, também, na economia, com investimento em infra-estruturas, na sua maioria apontadas pelo Professor Costa e Silva, geradoras de emprego e mobilizadoras de empresas de múltiplas áreas da atividade económica a que importa, de uma vez por todas, implementar, algumas das quais pecam pelo atraso de décadas - ferrovia, ligação internacional e Espanha por alta velocidade, novo aeroporto, terceira travessia do Tejo, entre outras. Relembro e necessidade de implementar um Simplex na administração pública e na Justica para reduzir a burocracia.
O apoio do Estado ao Turismo deve merecer uma atenção especial do Governo, com medidas de discriminação positiva nos apoios a conceder, fundamentais para alavancar centenas de milhares de postos de trabalho, com a expectativa de ser combatida a precariedade e os baixos salários neste setor essencial para a economia portuguesa.
De notar que a valorização dos salários é essencial para estimular a procura e o consumo interno, como um dos pilares que sustentam o crescimento económico harmonioso. Para que a atividade económica tenha um impulso rápido e robusto torna-se imperioso o apoio financeiro célere da União Europeia, designadamente a título de subvenções, o que implica uma gestão rigorosa e escrutinada do Estado na sua aplicação, factor que irá contribuir para implementar a exigível robustez e rapidez na recuperação da economia portuguesa.

PEDRO CALADO
Vice-presidente do Governo Regional da Madeira

Apesar de a Região não ter sido auscultada antecipadamente nos trabalhos preparatórios do Plano de Recuperação Económica de Portugal, o Governo Regional entendeu ser essencial apresentar o seu contributo no âmbito da consulta pública, que decorreu durante o mês de agosto, expressando a sua posição e apresentando um conjunto alargado de sugestões de resposta à profunda crise económica e social provocada pela pandemia Covid-19.
Apesar de as preocupações constantes no documento estratégico nacional serem, em grande medida, partilhadas pelo Governo da Madeira, existem especificidades regionais que se apresentam como elementos diferenciadores do todo nacional e que a Região destaca no documento apresentado.
Consideramos que a garantia da continuidade territorial, por exemplo, tem de ser assumida como uma prioridade e uma forma de promoção da competitividade, tanto no continente, como nas regiões autónomas, vincando bem o reforço de políticas e investimentos aéreos e marítimos.
Ao nível da qualificação da população, da aceleração da transição digital, das infraestruturas digitais, da ciência e da tecnologia, reforçamos, também, a pretensão da Madeira criar um polo de excelência no turismo e na inovação tecnológica, com uma aposta nas áreas de especialização inteligente, em sectores como o turismo, o mar e a economia circular.
Noutra área estratégica, defendemos que o rumo terá de passar por manter e elevar a prestação de cuidados de saúde de qualidade a toda a população, com especial enfoque nos menos jovens. Da mesma forma, em matéria de estado social, consideramos ser determinante a intervenção do setor público e a orientação de fundos europeus que fomentem a criação de emprego.
Entre outras medidas apresentadas, o Governo regional defende ser determinante o Centro Internacional de Negócios, para que se possa operar a diversificação e reindustrialização da economia, bem como a defesa de um sistema fiscal próprio, que vá ao encontro das especificidades da Região.

HUMBERTO PEDROSA
Presidente do Grupo Barraqueiro

A economia do país tem vindo a sofrer um enorme abalo decorrente do surto pandémico que estamos a viver. O impacto foi fortíssimo e transversal a praticamente todo o tecido empresarial.
Acresce que toda esta situação provocou uma alteração profunda nos hábitos e rotinas da população, facto que veio agravar as dificuldades de uma economia assente em pressupostos que, entretanto, deixaram de se verificar.
Outro fator de agravamento da situação é a incerteza quanto ao futuro, verificando-se uma forte redução dos níveis de confiança relativamente à recuperação económica do país, tanto mais que Portugal tem uma economia muito dependente do exterior, e a pandemia está a afetar o mercado mundial.
Em todo este enquadramento, a principal preocupação dos empresários é a preservação dos seus negócios e dos postos de trabalho, sobretudo nos setores de atividade mais afetados pela pandemia, entre os quais, a atividade turística.
O panorama é desastroso particularmente nestes setores, e a generalidade das empresas começa a ter a sua subsistência em sério risco.
Para evitar um descalabro económico generalizado e o agravamento descontrolado do desemprego, é absolutamente fundamental canalizar adequadamente os apoios financeiros disponíveis para áreas estratégicas para o país, financiando excecionalmente a atividade das empresas estruturadas e economicamente viáveis, em detrimento de um apoio transversal a toda a economia, que só iria adiar, por algum tempo, o encerramento das empresas inviáveis, ao mesmo tempo que se desperdiçariam recursos já de si escassos e limitados.
Portugal precisa de apoiar, nesta fase dramática da nossa vida económica, as estruturas empresariais mais sólidas e com capacidade de regeneração. Com isto estar-se-ia também a proteger os postos de trabalho destas empresas, que se distinguem das restantes por criarem emprego estável, consistente e de futuro.

PEDRO CASTRO E ALMEIDA
CEO do Santander Portugal

A recuperação da nossa economia para níveis pré-Covid irá demorar algum tempo, apontando o consenso de mercado para que ela não aconteça antes de 2023, ou seja, apenas nesse ano voltaremos a ter um PIB a níveis de 2019.
Este caminho de recuperação, embora lento, não está isento de riscos.
Desde logo pela questão sanitária, que tem um impacto significativo na confiança dos agentes económicos e no dinamismo da economia - quando estará disponível uma vacina, qual a profundidade da segunda vaga e terá o sistema de saúde em Portugal capacidade de resposta para ela - são tudo questões para as quais não temos certezas, mas cuja resposta determinará o caminho da recuperação.
Será por isso muito importante aproveitarmos bem os instrumentos de política pública que teremos ao nosso dispor para a recuperação.
Destaco, a este propósito, o acordo europeu relativo ao Plano de Recuperação e Resiliência, que constituirá uma alavanca fundamental para a recuperação do crescimento económico e para o qual será fundamental garantir rapidez e materialidade na execução.
Adicionalmente, considero ser também muito importante que prossigamos uma política de captação de investimento privado, alavancada nas nossas forças competitivas e com um enquadramento fiscal benigno, que permita consolidar a nossa capacidade exportadora e continuar a transformação da economia portuguesa.
Finalmente, creio que será fundamental a economia portuguesa contar com um sistema financeiro sólido e disponível para cumprir com aquela que deve ser sempre a sua missão – proteger as poupanças dos portugueses e apoiar as famílias e as empresas a ultrapassarem este período e a prosperarem.
O Banco Santander Portugal não deixará de cumprir com o seu propósito, apoiando o nosso país no caminho da recuperação e emprestando a solidez do seu balanço à consolidação da confiança.

ISABEL CAMARINHA
Secretária-geral da CGTP

Para garantir uma rápida, robusta e justa recuperação no nosso país, é fundamental inverter o rumo que tem vindo a ser seguido!
É fundamental o aumento geral dos salários e das pensões, a segurança no emprego, a dinamização da contratação colectiva, o incremento da produção nacional e a aposta no papel do Estado. Temos de tirar partido dos recursos endógenos para reduzir a dependência face ao exterior, respondendo também aos problemas ambientais e à mudança climática.
Estas são condições para evitar um ciclo recessivo como no tempo da troica. Naquela altura o país ficou mais pobre e as desigualdades aumentaram.
O surto epidémico pôs ainda mais em evidência as fragilidades acumuladas como resultado da opção por uma política de direita. Portugal, com uma estrutura produtiva debilitada, sofre de forma acrescida os efeitos da pandemia. As medidas do governo são desequilibradas, favorecendo as grandes empresas. A precariedade continua a ser um entrave ao desenvolvimento, num quadro em que milhares de trabalhadores viram os seus salários reduzidos.
É essencial a definição soberana de outro modelo de desenvolvimento, livre das amarras que, a partir dos centros de decisão da União Europeia, empurram o país para um papel periférico, uma produção desqualificada e um modelo assente em baixos salários.
Uma tal estratégia exige que o Estado tenha instrumentos para a efectivar e uma forte mobilização dos trabalhadores para travar aproveitamentos que visam a acentuação da exploração e o uso da presente situação para perpetuar o actual modelo.

CARLOS GOMES DA SILVA
CEO da Galp Energia

Os últimos meses demonstraram que o mundo em que vivemos se tornou absolutamente imprevisível, não só nas grandes questões estratégicas mundiais, como nas mais simples rotinas do quotidiano – seja um dia de trabalho; a forma como educamos os nossos filhos ou convivemos com os nossos amigos.
Na imprevisibilidade, torna-se determinante a capacidade de adaptar o rumo face a novas circunstâncias, mas também a atuação firme sobre as variáveis em relação às quais podemos exercer algum nível de controlo, desde logo na definição de um rumo de longo prazo.
Do ponto de vista das políticas públicas, a prioridade não pode deixar de ser a de recuperar a economia, com regras claras e uma visão de longo prazo, mas de forma conscienciosa e estruturada, transparente, sem passos em falso que comprometam a credibilidade e a previsibilidade do nosso percurso coletivo.
Só assim conseguiremos mobilizar os agentes económicos e os recursos dos quais, em última análise, essa recuperação dependerá.

ALEXANDRE FONSECA
CEO da Altice Portugal

Se esta crise acabou por permitir combinar adversidades com oportunidades, cabe-nos agora retirar alguns ensinamentos que nos permitam preparar o futuro das nossas empresas, de uma forma ainda mais concertada, com a premissa de que a transformação digital surge como um fator crítico de sucesso. As redes de telecomunicações foram o principal elo de toda esta realidade. As comunicações deram a possibilidade de trabalhar remotamente, estudar ou estar em lazer, permitindo que o processo de confinamento fosse ultrapassado com a maior normalidade possível.
A pandemia trouxe a necessidade de acelerar o processo de digitalização da economia e das empresas, alertando-as para a necessidade de se adaptarem ao digital, de forma a obter melhores resultados e um maior contributo em prol da retoma da economia do país. Assim, o comércio eletrónico, associado às cadeias logísticas de distribuição assumiram protagonismo e em alguns casos levaram a alterações profundas dos modelos de negócio, acelerando um canal digital que tardava em afirmar-se em Portugal.
A adoção do teletrabalho, bem como a implementação de novos métodos de trabalho e de gestão, ofereceram um aumento de confiança na relação entre trabalhadores e gestores, surgindo como resposta a necessidades do atual contexto profissional, mas que certamente marcarão o futuro do mercado de trabalho.
É, pois, desta forma que a igualdade de acesso a redes de nova Geração se torna central, pelo que contribui no combate à iliteracia digital. É essencial democratizar o acesso à digitalização, um desafio que a Altice Portugal tem vindo a trabalhar, para fazer chegar aos quatro cantos de Portugal, as infraestruturas necessárias para se aceder com sucesso e em igualdade a serviços primários.

MIGUEL GUINEA
Presidente Executivo, DIA Portugal

A pandemia de Covid-19 colocou desafios sem precedentes na nossa história coletiva recente, com consequências ainda imprevisíveis para todos. Mas, como presidente executivo da DIA Portugal, foi com enorme orgulho e satisfação que assisti ao empenho e compromisso de todos os colaboradores da DIA Portugal para que a nossa operação nunca fosse posta em causa e a população portuguesa contasse com lojas abertas, abastecidas e com todas as medidas de segurança exigidas para colaboradores e clientes. Vivemos um período de exigência máxima e reinventamo-nos todos os dias para encontrar as respostas para as solicitações que recebemos dos nossos clientes e parceiros.
Mas precisamos de muito mais. Esta é uma crise global, mas que precisa de respostas locais. E tal como Portugal precisa da Europa, a Europa precisa de Portugal. Os fundos que serão alocados a todos os países, mais do que nunca, terão de ser criteriosamente alocados e, no caso particular de Portugal, terão de privilegiar projetos de longo prazo que garantam a sustentabilidade de setores estratégicos que contribuem para o nosso PIB. O relançamento do Turismo, a restauração e o retalho como setor agregador de produtores nacionais, serão fundamentais como eixos dinamizadores de uma retoma económica que, assente nas bases da nossa capacidade, sustentem a nossa força enquanto povo e país.
No meio de tanta incerteza, resta a esperança, sabendo que o caminho que temos pela frente é doloroso, mas que em conjunto iremos superá-lo. Estamos todos a aprender diariamente a lidar com esta situação e vamos tentar fazer melhor todos os dias para continuarmos a servir os nossos clientes, ajudar os nossos fornecedores e a colocar os nossos recursos à disposição das autoridades nacionais e locais para sermos parte da solução que ajude Portugal e os portugueses a sair desta crise.

ELENA ALDANA
Diretora Geral Internacional de Relações Externas da Mercadona

Apesar do cenário de incerteza que o país ainda vive é fundamental mantermos a economia em funcionamento, permitindo que cada empresa possa cumprir o seu papel dentro da sociedade.
No caso da Mercadona, o foco está no incentivo e na motivação dos trabalhadores e fornecedores de toda a cadeia de abastecimento, especialmente dos fornecedores nacionais, criando as melhores condições para que continuem a produzir e a escoar os seus produtos, e permitindo, assim, que a economia não pare. Foi exatamente essa linha de ação que seguimos desde o início da pandemia, estratégia que nos permitiu cumprir, com sucesso, os compromissos com todos os nossos Fornecedores, Colaboradores e "Chefes" (como denominamos os clientes), minimizando, em todos os pontos da cadeia, o impacto económico.
Para a Mercadona, a criação de emprego estável e a promoção de condições laborais que protejam o trabalhador assumem-se, igualmente, como pontos-chave na recuperação do país. Os colaboradores são o ativo mais importante das empresas e, em contextos desafiantes como o que vivemos atualmente, é responsabilidade de cada uma salvaguardar os seus direitos e condições de trabalho.
Do mesmo modo, orgulhamo-nos de contribuir com o pagamento de impostos em Portugal e de aplicar políticas de responsabilidade social, materializadas, no nosso caso, na preservação do património histórico e cultural, e no apoio a famílias carenciadas através da doação de bens de primeira necessidade todos os dias da semana, com o apoio dos bancos alimentares e das instituições sociais.
As empresas do setor agroalimentar têm, pela importância que assumem na própria vida dos portugueses, um papel fundamental. É crucial, por isso, analisarmos os desafios que esta situação nos colocou, estudando a melhor forma de, individualmente e como sociedade, fazermos parte da recuperação.

JOÃO COTRIM FIGUEIREDO
Deputado e presidente da Iniciativa Liberal

Perdido na contemplação do seu próprio umbigo e apenas preocupado com a manutenção do seu poder, o Governo do Partido Socialista limita-se a gerir a conjuntura. Talvez gerir seja a palavra errada, dado que o que preocupa mesmo os socialistas é o impacto mediático das coisas.
Este misto de desorientação e superficialidade explica por que razão o PS não conseguiu, nestes meses todos, arranjar meia-hora para explicar aos portugueses que a dimensão, a natureza e duração da crise que começamos a enfrentar tem contornos realmente inéditos na história da Humanidade.
A Iniciativa Liberal tem vindo, desde o primeiro momento a alertar para aquilo que é diferente – e perigoso – nesta crise. Teremos, tudo indica, uma contração económica sem precedentes desde que existem registos fidedignos. Teremos esse nível de contração em todos os países desenvolvidos em simultâneo e sem exceções. Esta crise acontece antes da recuperação plena da anterior, e numa situação nunca vista de taxas de juro persistente e sustentadamente negativas, tornando as alavancas da política monetária basicamente inúteis.
Todas estas realidades novas não têm sido suficientemente salientadas, e muito menos debatidas, em Portugal, onde o Governo acha que pode traçar um rumo seguro 'por mares nunca antes navegados' tendo ao leme um marinheiro solitário como o para-ministro Costa e Silva.
O único que é certo quanto à recuperação que Portugal terá de fazer é que ela não ocorrerá se aplicarmos as mesmas medidas estatizantes que nos condenaram a 25 anos de estagnação económica. Mais: a saída para esta crise estará sempre nos cidadãos e na sua capacidade de encontrar caminhos novos, e não num Estado dirigista que acha que sabe o que é melhor para a economia e para as pessoas.
E do que precisamos realmente é de estímulo a essas muitas vontades e capacidades individuais: menos impostos, menos burocracia, justiça mais célere e, já que vem dinheiro da Europa, uma aplicação racional e rigorosa dos dinheiros públicos que evite compadrio que alguns gostariam de perpetuar.

LUÍS TEIXEIRA
COO da Farfetch

No momento em que se começaram a conhecer os efeitos e algumas das consequências relacionadas com a Covid-19, os governos começaram também a divulgar os seus planos para manter a economia à tona e minimizar uma crise sem precedentes. A imprevisibilidade da evolução do vírus não nos permite desenhar o futuro com segurança, mas há coisas que sabemos que vão mudar - ou já mudaram! - definitivamente.
Em todas as crises há uma oportunidade, e a pandemia abre de forma permanente caminho para mudanças que até há bem pouco tempo viviam no imaginário de alguns, ou fechadas nas poucas empresas que desafiavam a regra. É necessário aproveitar o momento para um "reset", não resistir ao imperativo digital e criar condições para que o trabalho remoto seja mais uma ferramenta ao dispor das empresas e dos colaboradores, e não um mal necessário.
Acredito que, perante esta crise humana, teremos todos de enfrentar o futuro de forma mais humana também. As pessoas não podem nunca deixar de ser a prioridade das empresas, a saúde e o bem-estar das nossas pessoas não pode nunca ficar para segundo plano. As empresas e sobretudo os líderes que ainda não o faziam, darão um sentido renovado às palavras "cuidado", "ouvir" e "empatia", sublinhando uma reinvenção porventura tardia, mas inevitável, do mundo do trabalho.
Por fim, é inegável a mudança nos hábitos de consumo, com mais pessoas a recorrer às plataformas online como a Farfetch. No segundo trimestre do ano, a Farfetch registou um aumento de meio milhão de novos clientes . Não acredito que as lojas físicas venham a desaparecer até porque poderão elas próprias reinventar-se e serem o pilar de uma estratégia em que a gestão não é feita por canal mas sim com base nos clientes, mas é verdade que há uma aceleração acentuada de uma tendência que não é nova, e temos de estar preparados para um consumidor cada vez mais exigente que reconhece as vantagens do digital.
Esta crise provou que os governos e as pessoas são capazes de reagir com assertividade a dificuldades únicas e inimagináveis, mas no meio da incerteza que persiste, é importante que as decisões tomadas agora não sejam apenas um paliativo, mas soluções duradouras e sustentáveis, que criem um mundo melhor, e que visem o bem estar tendo em consideração a essência relacional do ser humano.

CARLA REBELO
CEO da Adecco em Portugal

A chave para Portugal garantir uma recuperação rápida e robusta é a capacidade de alinhamento sinérgico e coeso entre os três pilares do triângulo em que assentará inevitavelmente a natureza e forma da recuperação de qualquer economia. São eles: empresas, colaboradores e autoridades governamentais. Estes agentes têm mesmo que estar todos no mesmo barco!
Se, de modo inédito em Portugal, conseguirmos que estas três forças trabalhem na mesma direção e intensidade, com esforços e disponibilidades de entendimento entre si, então teremos garantido o sucesso.
As empresas, instadas a agir, pela premência da sua viabilidade financeira e consequente tentativa de manter postos de trabalho, estão a tomar todas as medidas para garantir ao máximo a proteção da saúde dos seus colaboradores. Recursos financeiros e humanos sem restrição, têm sido alocados a este propósito.
Aos colaboradores e sociedade civil em geral é pedido um esforço de adaptação às novas circunstâncias, não sem que as empresas façam, como estão a fazer, a sua parte na mitigação do risco, no sentido de colaborarem e se auto gerirem, nomeadamente quanto à gestão do medo, da ansiedade e do pânico, que atualmente não mais se justifica e que apenas produzirá comportamentos totalmente irracionais.
Com as medidas de proteção adotadas, existem condições para que este regresso seja controlado e bem gerido. Possuímos hoje uma experiência que não existia há seis meses e, portanto, mais informação para gerir da melhor forma o que outrora eclodiu de modo totalmente descontrolado.
As autoridades governamentais devem indicar o caminho, criar normas dinâmicas e continuamente aperfeiçoadas e sobretudo não penalizar as empresas e os colaboradores que, numa luta desigual, tentam defender a existência de uma vida pós-Covid-19.

FRANCISCO CARY
Administrador da CGD

Desde logo, há uma condição exógena para a retoma consistente, que é o controlo de facto da pandemia, pela criação e difusão de vacina(s) razoavelmente eficaz(es), conjugada com progressos nas terapêuticas. Assumindo como cenário base que tal virá a acontecer entre o quarto trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021, tal será condição suficiente para a mudança de expetativas, fundamental para a recuperação económica, mesmo tendo em conta o tempo que a difusão abrangente das mesmas deverá necessitar.
Nesse pressuposto, e para que a nossa retoma possa ser rápida e robusta, elegeria como prioritário no curto prazo: (i) aceleração da implementação de um programa de investimentos públicos, o mais consensual possível, beneficiando do fundo de apoio à recuperação da União Europeia, em áreas já muito estudadas, como a mobilidade urbana, ferrovia, aeroporto, hospitais centrais, etc. (ii) implementação de medidas de apoio ao investimento do lado das empresas e atração de novo investimento estrangeiro, incluindo redução de impostos sobre o emprego e lucros retidos, (iii) redinamização, com eventuais afinações, das medidas de apoio à atração de novos residentes e talento qualificado, capitalizando nas novas tendências de crescimento do teletrabalho, e (iv) implementação de um programa de habitação pública nas grandes cidades, que com intervenção direta sobre a oferta, crie condições razoáveis de acesso à habitação e contribua para a moderação geral dos preços de mercado. E sempre no quadro de uma estratégia de médio prazo de reequilíbrio das contas públicas, que salvaguarde a sustentabilidade das condições de financiamento.

PEDRO AMARAL JORGE
Presidente da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN)

Como é do conhecimento de todos, é extremamente difícil assegurar uma recuperação económica "per se" e mais difícil ainda que a recuperação seja rápida e robusta no sentido de ser sustentável a longo prazo com resultados socioeconómicos efetivos e determinantes como o crescimento do emprego e o aumento da receita fiscal por via do aumento do PIB. No entanto, é absolutamente necessário fornecer à economia as condições necessárias para que a mesma se possa desenvolver e crescer sustentadamente.

E nesse sentido, e de acordo com um estudo elaborado pela Deloitte no final de 2019, estima-se que a contribuição da produção de eletricidade a partir de fontes de energia renovável para o PIB Português represente cerca de 8 mil milhões de euros em 2025, e cerca de 11 mil milhões em 2030. Por isso, penso que é incontornável que um modelo socioeconómico de desenvolvimento rumo à descarbonização das atividades económicas, em linha com o acordo de Paris de 2015 e o Pacote de Energia Limpa para todos os Europeus definido em 2016 e com as primeiras implementações em 2019 e 2020.
Aliás, se observarmos as politicas definidas pela Comissão Europeia desde o último trimestre de 2019, concluímos que a visão da APREN está perfeitamente alinhada com a da Comissão Europeia, que tem vindo a a definir um conjunto de medidas, estratégias e politicas com o objetivo de acelerar a transição energética e digital. Apresentou em 2019 o European Green Deal e em 2020 a Lei Europeia do Clima, ambas com o objetivo juridicamente vinculativo de neutralidade climática até 2050. As instituições da UE e os Estados-membros são coletivamente obrigados a tomar as medidas necessárias, a nível nacional e da UE, para cumprir o objetivo.
As medidas passam pela criação de um plano de energia e clima integrado de todos os Estados-membros, e também pela publicação de outras estratégias-chave: a Estratégia Europeia para a Integração de Sistemas Energéticos e a Estratégia Europeia para o Hidrogénio (EEH2). Harmonicamente com as referidas Estratégias, a Comissão Europeia também apresentou a Estratégia da Industrialização da Europa e a revisão da Diretiva da Taxação da Energia.
E, por fim, o Plano de Recuperação Europeu apresentado em julho passado, tem como um dos principais pilares a Transição Energética, sendo que em Portugal as Renováveis, através da eletrificação direta e indireta via H2 Verde , são abordadas e defendidas também na Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, do Professor António Costa Pinto, onde se encontram espelhados os eixos estratégicos para acompanhar os desígnios da Europa e cumprir, em pleno, a transição verde, digital e industrial.
Uma pequena nota para referir que EEH2 reúne muitas e necessárias componentes para a ação política, abrangendo toda a cadeia de valor do hidrogénio e tendo em conta as vertentes industrial, de mercado e de infraestrutura, complementando com a investigação e inovação, sempre numa ótica de dimensão internacional. É, por isso, necessário criar um ambiente favorável que permita obter economias de escala.
Termino referindo que a importância das energias renováveis não é, porém, apenas económica. Estando mais que comprovado o impacto que as alterações climáticas estão e vão ainda ter no planeta e na humanidade, as energias renováveis são o futuro em duas formas diferentes, mas que se complementam: na tão necessária recuperação da economia, e na ainda mais essencial subsistência do planeta e da espécie humana.
A recuperação rápida, robusta e sustentável da economia Europeia e Nacional, assentam incontornavelmente na implantação, até 2030, das metas definidas no PNEC 2030, na EN H2 e no RNC.

JOÃO ALVES
Country Managing Partner da EY Portugal

O caminho para a recuperação começa por reconhecer que as causas desta crise são atípicas e que muitas das suas consequências, algumas delas positivas, vão permanecer no tempo.
Já estamos perante uma crise social, resultante da perda de postos de trabalho. Para evitar uma espiral depressiva, são essenciais medidas que sustentem o consumo interno e minimizem o impacto em sectores não transacionáveis, incluindo a restauração e outros serviços de proximidade especialmente afetados por não poderem operar com a sua capacidade normal.
Em segundo lugar, é importante focar medidas de apoio nas empresas em sectores transacionáveis e na criação de emprego qualificado. Uma das consequências positivas desta crise foi o acelerar da digitalização das empresas. É essencial criar estímulos financeiros que permitam a mais empresas inovar os seus modelos de negócio, adaptá-los à nova realidade de mercado e manterem-se competitivas face às que já deram esse passo. Em paralelo, deve-se promover a requalificação de mão de obra, criando as competências exigidas por esta nova realidade e promovendo a criação de emprego qualificado.
Como passo essencial para uma recuperação rápida, o Estado deve dar o exemplo com metas agressivas de disponibilização de apoios às empresas. Este não é o momento de sermos os melhores alunos, ou de procurarmos soluções ótimas. Adicionalmente, medidas de flexibilização e incentivos ao investimento serão fundamentais para as empresas se manterem vivas.
Para uma crise que começa por um problema de confiança, seria importante termos mecanismos de apoio que se baseiam na confiança na capacidade de execução das empresas, apoiados por processos digitais que conjuguem celeridade com um controlo efetivo de resultados.

JOÃO BENTO
CEO dos CTT

Esta pandemia, para além de nos ter mostrado a incapacidade que temos em prever, realmente, riscos de tamanha dimensão, trouxe profundas alterações à nossa economia e ao funcionamento da sociedade em geral, muitas das quais terão vindo para ficar. Mitigar os seus impactos mais negativos e adaptar-nos à nova realidade deverão ser a nossas prioridades.
Julgo, pois, que reposicionamento e reorganização sejam palavras-chave para a fase que se segue. Embora sejam necessárias iniciativas concretas em diversos pilares estruturantes para o país, há medidas globais que podem ajudar a uma recuperação e a prioridade parece-me dever apontar para o fomento da continuidade de negócio e da mitigação dos impactos sobre as pessoas que o arrefecimento súbito da economia está a provocar.
Por outro lado, é importante que saibamos reconhecer as oportunidades, ainda que no meio da adversidade, para tirarmos partido daquelas que são as enormes potencialidades do nosso país.
Experienciámos a aceleração da transição para o digital, obrigando a uma reinvenção ora improvisada, ora mais estruturada, dos modelos e sistemas de trabalho e acredito que o país deva tirar partido desta experiência forçada para promover melhorias resultantes do uso das tecnologias emergentes.
Por fim, mas não menos relevante, realço o efeito colateral – este positivo – da redução súbita das emissões por via do arrefecimento da economia, o que nos apela à importância do investimento em tudo o que possa promover comportamentos mais sustentáveis com resultados positivos para toda a Humanidade.
Os meus parabéns ao Jornal Económico pelo seu 4.º aniversário, com votos de sucesso extensíveis a toda a equipa.

CLARA RAPOSO
Presidente do ISEG

A pergunta é otimista ao pressupor que é possível garantir uma recuperação rápida e robusta. Receio que este otimismo possa não ser tão contagiante quanto o coronavírus, a fonte da crise em que nos encontramos. Quer da crise pandémica, quer da queda de atividade económica que se sente desde março.
Diz o provérbio popular que “depressa e bem, não há quem.” E diz bem. Não vejo como podemos garantir uma recuperação que seja rápida (“depressa”) e, ainda para mais, robusta (“e bem”) enquanto não tivermos uma melhor perspetiva de desfecho da pandemia. Porquê? O prefixo pan traduz a noção de universalidade. Portugal não depende exclusivamente de si (nem nunca assim foi), mas muito do comportamento de todas as economias do mundo. Esta dependência acentua-se, no nosso século, graças à globalização e à “mobilidade de tudo” que ela implica. E, no caso de Portugal, a reação à adversidade depende, fortemente, dos seus parceiros de União Económica e Monetária.
Coloco, então, a pergunta de outra forma. Elimino a palavra “rápida” (porque o ritmo depende mais da evolução das ciências médicas do que de políticas económicas ou práticas empresariais) e substituo a palavra “garantir”, uma vez que em economia nada é garantido em contexto de forte incerteza. Pergunto, então: como é que Portugal pode preparar uma recuperação robusta?
Na fase atual, deseja-se que a normalização de uma série de atividades recupere algum do tecido empresarial, após o período de maior amparo por parte do Estado a famílias e empresas.
O agravamento das contas públicas é uma preocupação, pelo que a chegada do reforço de fundos europeus é essencial para cumprir duas funções: aliviar o esforço Estatal – para um maior enfoque em projetos que renovem a infraestrutura (inclusive digital) e tenham efeito multiplicador, em substituição de meros suportes de vida a empresas – e transmitir confiança aos investidores privados para que nos tragam arrojo e persistência na geração de negócio.
Restabelecida a confiança, descobriremos quem são os verdadeiros catalisadores da recuperação económica.

ANTÓNIO SARAIVA
Presidente da CIP

A recuperação da atividade económica vai depender, em primeiro lugar, da confiança que os consumidores e os investidores tiverem na capacidade que temos para prosseguir com as nossas vidas e ultrapassarmos esta situação criada pela pandemia. Vai depender, também, da resiliência que as empresas consigam ter para manter operações e postos de trabalho, porque essa é a base para recuperarmos.
A CIP tem acompanhado todo o esforço de resposta à pandemia e tem procurado contribuir para que sejam adotadas melhores soluções, porque tem um contacto muito próximo com a realidade económica e desenvolveu ferramentas para auscultar, a cada momento, a situação das empresas face às políticas que estavam a ser desenvolvidas.
Defendo que o foco das medidas de apoio tem de ser a proteção do emprego e a ajuda à sobrevivência das empresas, exatamente para que possam ser mantidos postos de trabalho, especialmente quando os sinais que temos são de uma recuperação mais lenta do que o esperado. Este apoio pode ser concretizado pelo suporte para a qualificação e a requalificação do nosso capital humano, dando solução a um problema concreto sentido pelo mercado e permitindo às empresas serem mais competitivas na retoma e na capacidade de enfrentarem o mercado, no futuro.
Portugal vai ter acesso a fundos significativos e a sua gestão e aproveitamento serão determinantes. É necessário estimular o investimento privado, com a criação de instrumentos que acelerem o reforço de capitais das empresas, para potenciar o investimento, mas também relançar o investimento público em infraestruturas essenciais ao reforço da competitividade, assim como financiar reformas para facilitar mudanças estruturais que ajudem os trabalhadores a ajustar-se e melhorem o ambiente de negócios das empresas.
Tem de existir uma maior aposta no apoio direto à produtividade e competitividade das empresas, estimulando quer o investimento empresarial quer a qualificação dos ativos.

BERNARDO AYALA
Managing partner da Uría Menandez - Proença de Carvalho

ANTONIO VILLACAMPA
Managing partner da Uría Menandez - Proença de Carvalho

A curto prazo, Portugal precisa de recuperar a economia e proteger o emprego, e assegurar, a médio e longo prazo, a transformação da economia portuguesa, agilizando processos e melhorando a competitividade, tornando-a mais digitalizada, mais inovadora e capaz de competir à escala europeia e global.
No atual ambiente de grande incerteza económica, precisamos mais do que nunca de segurança jurídica e fiscal; uma justiça eficiente e eficaz ao serviço dos direitos e do desenvolvimento económico-social. Reduzir os tempos da justiça económica e fiscal é fundamental, pelo que, apesar das melhorias registadas nos últimos anos, impõe-se agilizar e simplificar significativamente a gestão dos processos judiciais, assim como fomentar a utilização de meios de resolução alternativa de litígios em Portugal.

LUÍS DE SOUSA
CEO & Founder do Grupo ACIN

Portugal, e por arrastamento o arquipélago da Madeira, têm uma oportunidade de ouro para dar o passo que já se deveria ter dado há alguns anos atrás. As mais das vezes, a administração direta e indireta do Estado, a que se junta o setor empresarial público, têm resistências inexplicáveis para a desmaterialização e desburocratizarão, por via da digitalização de todos os processos administrativos, fruto das “capelinhas” existentes, que, no final do dia, terão um único prejudicado: O CIDADÃO.
Pois bem, o nosso País tem esta oportunidade para avançar rapidamente para a utilização de soluções tecnológicas. E é na verdade isso que, grosso modo, está a acontecer.
Esta é uma das saídas com maior sucesso para acelerar a resolução da crise, entretanto instalada.

MIGUEL ALMEIDA
CEO da NOS SGPS

O contexto de pandemia que vivemos criou uma situação nova às sociedades e à economia, dominadas pela incerteza que deriva do medo.
O receio e a ausência de um vislumbre de tratamento eficaz e universal para o novo coronavírus tem colocado as famílias e as empresas num patamar de reavaliação contínuo. Uma reavaliação que se materializa nas decisões de consumo, por parte das famílias, e de reponderação do investimento por parte das empresas.
A retoma económica será tanto mais rápida, quanto a evolução da confiança que os diversos atores económicos tiverem no futuro próximo, não apenas em Portugal, mas nas diferentes economias com as quais nos relacionamos.
O primeiro grande passo deverá ser o de assegurar níveis de confiança que permitam retomar as atividades económicas em segurança, e dar perspetivas de alguma normalização dos mercados.
Esta pausa, que exige um esforço de todos, famílias, empresas, Estados, deverá ser aproveitada para uma reflexão profunda sobre o paradigma em que assenta a atividade económica, sobre as cadeias de abastecimento e sobre a necessidade de uma menor dependência, sobretudo em alguns setores mais críticos, de mercados muito localizados.
Num mundo e numa economia global, a economia portuguesa poderá, com base no reforço de vetores como a inovação, a eficiência e uma profunda aposta na educação e na qualificação das nossas pessoas, sair desta crise pandémica mais competitiva e com melhores condições para crescer.
As empresas e as famílias estão ávidas de voltar à normalidade, de planear, investir e executar, mas só terão condições para o fazer, se os níveis de segurança e de confiança forem superiores ao medo que se enraizou e que tolhe a ação.

MÁRIO VAZ
CEO da Vodafone Portugal

A crise provocada pela Covid-19 deixou profundas marcas no tecido económico e social. A atual conjuntura ainda exige um jogo de equilíbrio para, simultaneamente, controlar a pandemia e reanimar a economia.
A Confiança é, neste contexto, um ativo indispensável para este equilíbrio. No que à pandemia diz respeito, é essencial garantir um elevado nível de Confiança nas Instituições de Saúde para assegurar a aceitação e o cumprimento das regras. No que à economia se refere, é fundamental que, conscientes das dificuldades e limitações existentes, possamos garantir a resiliência das empresas para a preservação do emprego. Essa resiliência terá de conviver com um processo de transformação, exigindo o apoio de políticas publicas que, embora com sentido de emergência, deverão ter um propósito estratégico de longo prazo, antecipando o período de retoma pós-pandemia. É neste contexto que a resposta europeia – e a adequada gestão de fundos comunitários a nível nacional – ganha um papel determinante para atenuar o choque económico negativo e reconstruir a economia em função de uma nova realidade.
A retoma económica será, assim, tão rápida e robusta quanto maior for a articulação entre decisores, reguladores, agentes económicos e sociedade civil.
É crucial uma eficiente coordenação entre políticas públicas – consistentes, duradouras e inclusivas – e o papel das organizações privadas, conhecedoras não só da realidade portuguesa como também efetivamente comprometidas com o País.
A este respeito, as empresas de telecomunicações têm dado prova de sérios e avultados investimentos e firmes compromissos, como aliás ficou provado na irrepreensível e rápida resposta à pandemia. Torna-se assim obrigatório, na atual conjuntura de recessão, privilegiar e maximizar os investimentos eficientes que possam impulsionar verdadeiramente a economia portuguesa. É imperativo garantir o fomento das redes 5G num enquadramento que, acima de tudo, garanta as condições para o desenvolvimento sustentado do mercado das comunicações eletrónicas e cumpra os objetivos de interesse nacional de recuperação económica e de aceleração da transformação digital.

JOÃO ALMEIDA LOPES
Presidente da APIFARMA

Além do cumprimento da sua missão humanitária e social, essencial para combater a pandemia que atravessamos, a chave para a recuperação da economia e para o reequilíbrio do bem-estar social reside nos setores da Saúde, em Portugal e no Mundo.
Prova disso, o facto de a Comissão Europeia considerar a Saúde a grande prioridade da Europa, colocando em marcha um plano para alcançar esse grande desígnio, onde se incluem a reindustrialização da Europa e a criação de uma reserva estratégica de produtos de Saúde. Este é um objectivo só concretizável com o apoio e contributo das empresas farmacêuticas e biotecnológicas europeias que produzem medicamentos, vacinas, meios de diagnóstico, dispositivos médicos e demais tecnologias de saúde.
Portugal não pode ficar fora deste novo ciclo e, para isso, temos, desde já, de apoiar e investir na indústria nacional.
As nossas empresas demonstraram estar preparadas, não só dando resposta às necessidades de saúde dos cidadãos, mas também ao reorientar as suas unidades produtivas para novos produtos de saúde.
Esta capacidade pode ser ainda mais expressiva caso as condições de atractividade do país favoreçam a captação de investimento externo. A título de exemplo, refira-se a investigação clínica, área na qual Portugal pode e deve ser mais competitivo, em que pode ter argumentos para convencer as biotecnológicas internacionais e captar mais ensaios clínicos, com ganhos para o doente, para o Estado e para os profissionais de saúde.
E para aqueles que consideram a Saúde uma despesa, importa reiterar que a indústria farmacêutica gera 2,1 euros por cada euro investido, um rácio acima da média de todos os setores em Portugal, como mostrou o estudo "O Valor do Medicamento em Portugal".
Os números são por demais esclarecedores. A Saúde é um poderoso motor de sustentação e de crescimento económico. O relançamento de uma nova economia para Portugal, assente no conhecimento, na inovação, na biomedicina, nas ciências da vida e na investigação, é uma oportunidade real que permitiria crescer de forma sólida e estruturada, com impactos consistentes e significativos ao nível do emprego, das exportações e do investimento externo.

ROGÉRIO CAMPOS HENRIQUES
CEO da Fidelidade

Mais do que inventar uma receita mágica e rápida, que não existe, Portugal precisa de melhorar estruturalmente, melhorando também a forma como implementa essa receita, catalizando os vários 'stakeholders', aumentando a qualidade da execução dos planos e mantendo a consistência das opções ao longo do tempo.
Não há dúvida que a pandemia e o confinamento criaram uma crise grave, mas também mudaram paradigmas e revelaram oportunidades que têm que ser aproveitadas, mais ainda no contexto dos fundos que irão ser investidos ao longo dos próximos anos. A disrupção criada e a aceleração da transformação digital que se está a produzir voltam a abrir uma janela de oportunidade para que Portugal se posicione de forma mais decisiva como país competitivo no quadro global, alavancando nos nossos pontos fortes, como um destino mais atrativo para novos investimentos, de que bem precisamos.
Temos que apostar em captar e desenvolver as melhores empresas, empresas mais fortes e mais internacionais, mais robustas financeiramente, com horizontes claros e ambição global. Portugal deve apostar mais na educação e formação, apoiar a inovação e a digitalização da economia, e fazer um contínuo investimento nas empresas que criam mais valor e exportam produtos e serviços com 'know-how' e alto valor acrescentado.
Por outro lado, e aqui nada de novo, precisamos de um Estado que promova melhor execução, garanta estabilidade fiscal, política e social e uma justiça mais eficaz, mas que reconheça também e atue sobre os desafios estruturais que temos pela frente, de que destacaria a demografia, a saúde e a proteção dos cidadãos, nomeadamente, na saúde e na reforma. Os desafios são de tal forma grandes nestas áreas - apoio efetivo à natalidade, melhoria da eficiência global do sistema de saúde, a promoção de hábitos de vida saudáveis e da poupança para a reforma - que requerem uma visão integrada e uma forte complementaridade entre 'players' públicos e privados. Portugal tem que ser atrativo e sustentável. Não precisamos apenas de mais turistas, devemos melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem e trabalham em Portugal. Precisamos de uma sociedade mais jovem, mais saudável e mais dinâmica e para isso, Estado e empresas necessitam de atrair e reter o talento jovem, português e não só. Portugal precisa dos portugueses e que os melhores portugueses (e já agora também estrangeiros) queiram trabalhar em Portugal. E Portugal não é o Estado, não são "eles". Portugal somos todos nós.

DOMINGOS CRUZ
Managing partner da CCA

A economia portuguesa não é propriamente um modelo em recuperações rápidas e robustas, pelas razões sobejamente conhecidas. Ainda assim, num exercício carregado do síndrome de Pollyanna, diria que a economia portuguesa será capaz de uma recuperação económica rápida e robusta se conseguir alcançar dois pressupostos básicos, um altamente objetivo, outro puramente subjetivo, i.e., liquidez e confiança. Assim, por um lado, liquidez de caixa nas empresas, sobretudo nas PME e empresas tecnológicas. Não só para fazer face às estruturas de custos, tipicamente pouco elásticas, como para poder investir em novos mercados e áreas de negócio. Por outro lado, doses cavalares de confiança nos empresários e decisores, que lhes permita olhar para as atuais oportunidades que o mercado proporciona e não ter receio de investir, na certeza de que o amanhã será bem melhor.

PAULO CÂMARA
Managing partner da Sérvulo

O período atual obriga a um posicionamento diferente das empresas portuguesas. O momento é de recomeço: estamos perante "the great reset", como indicou acertadamente o presidente do Word Economic Forum, Klaus Schwaub. Importa repensar de raiz a estratégia, a estrutura de governação, o financiamento, a relação com o ambiente e os 'stakeholders'. No tocante à estratégia, cabe desenvolver formas de retomar uma dinâmica vencedora na exportação de produtos e serviços, através de um relacionamento inevitavelmente mais digitalizado com clientes e parceiros, mas que não signifique uma desumanização das relações comerciais: a confiança continua a ser um fator-chave no sucesso empresarial.
No plano da governação societária, é tempo de apostar numa estrutura mais inclusiva que implique clarificação do propósito de cada sociedade, de modo a tornar visível aos seus acionistas, clientes e 'stakeholders' a sua razão de ser, os seus valores e as suas prioridades, de curto, médio e longo prazo. E este não é um jogo de soma zero: acredito que a retoma económica premiará todas as empresas cujo propósito envolva uma maior responsabilidade ética, ambiental e social. Neste contexto, qual deve ser o papel do Estado? Desburocratizar os procedimentos administrativos, aligeirar a carga regulatória sempre que excessiva, simplificar a fiscalidade, ser cumpridor nos seus compromissos perante fornecedores, gerir de modo transparente os futuros recursos financeiros europeus, apoiar a descarbonização da economia, facilitar a inovação, ser exemplar na conduta ética e na defesa da reputação da Nação.

DUARTE DE ATHAYDE
Managing partner
da Abreu Advogados

Não é possível prever quanto tempo é que a situação pandémica irá permanecer entre nós e de que forma é que irá evoluir, o que naturalmente afeta qualquer juízo de prognose de recuperação económica. Nos próximos anos, Portugal vai receber diversos apoios provenientes de fundos europeus: além dos 15,3 mil milhões de transferências a fundo perdido, chegarão ainda mais 29,8 mil milhões em subsídios do orçamento da UE para 2021/27. Numa situação de crise como a que vivemos, devemos necessariamente ter mais intervenção direta do Estado na gestão operacional e não apenas na definição estratégica da atividade das empresas. Como tal, existem alguns aspetos que acreditamos serem chave na recuperação económica, privilegiando o papel e a responsabilidade estatal na economia real. O Banco Português de Fomento (BPF), se bem governado, poderá ser um importante instrumento de promoção da competitividade das empresas nacionais. A digitalização da banca tradicional, com o levantamento de entraves regulatórios, também poderá ter um papel importante. A digitalização dos serviços do Estado que pode ser uma oportunidade única. O apoio à banca num alívio das exigências regulatórias para que continue a desempenhar o seu papel na economia real. A criação de apoios à capitalização das empresas, a aposta na rede de infraestruturas, o fomento das exportações, o alívio da carga fiscal, a introdução de melhorias na gestão dos processos judiciais, a captação de investimento estrangeiro e finalmente um investimento significativo na área da saúde.